



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

GERLANE GOMES DA ROCHA

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO EM MANUEL
CORREIA DE ANDRADE: um estudo sobre a sua atualidade

RECIFE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –
LICENCIATURA

GERLANE GOMES DA ROCHA

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO EM MANUEL
CORREIA DE ANDRADE: um estudo sobre a sua atualidade

Monografia apresentada ao Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador(a): Rodrigo Dutra Gomes
Coorientador(a): Maria Rita Ivo de Melo Machado

RECIFE
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através
do programa de geração automática do SIB/UFPE

Rocha, Gerlane Gomes da .

A formação territorial do Nordeste Brasileiro em Manuel Correia de Andrade:
um estudo sobre a sua atualidade / Gerlane Gomes da Rocha. - Recife, 2023.
p.71 : il., tab.

Orientador(a): Rodrigo Dutra Gomes

Cooorientador(a): Maria Rita Ivo de Melo Machado

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -
Licenciatura, 2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Manuel Correia de Andrade. 2. Região Nordeste. 3. Território . I. Gomes ,
Rodrigo Dutra . (Orientação). II. de Melo Machado, Maria Rita Ivo .
(Coorientação). IV. Título.

630 CDD (22.ed.)

GERLANE GOMES DA ROCHA

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO EM MANUEL
CORREIA DE ANDRADE: um estudo sobre a sua atualidade**

Monografia apresentada ao Curso de
Geografia - Licenciatura da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito para a
obtenção do título de Licenciada em Geografia

Aprovado em: 03\10\2023

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Thais de Lourdes Correia de Andrade
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho e para a minha jornada acadêmica ao longo desses últimos anos.

Aos meus pais, Maria e Antônio, cujo apoio incondicional e amor constante foram a força motriz por trás de cada conquista, eu dedico este trabalho.

Ao meu companheiro, Carlos Freitas, por estar ao meu lado, compreendendo os desafios e compartilhando as alegrias deste percurso acadêmico

Ao Programa de Educação Tutorial em Geografia UFPE, que foi representado durante a minha participação pelo tutor egresso Prof. Dr Ranyere Nobrega e atualmente pelo Prof.Dr Claudio Ubiratan Gonçalves, e aos meus colegas petianos que me proporcionaram oportunidades de aprendizados e trocas enriquecedoras desde o início do curso.

Aos colegas do Grupo de pesquisa em Epistemologia e História do Pensamento Geográfico (GEHPEG), onde desenvolvi meus projetos de iniciação científica que resultaram nesta pesquisa.

Aos colegas do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC), em especial ao seu coordenador Prof. Dr Claudio Ubiratan Gonçalves.

Aos colegas da Cátedra Manuel Correia de Andrade, com destaque para Rhuam e Ingrid, que foram parceiros na organização do Seminário Nacional "A Terra e o Homem: Centenário de Manuel Correia de Andrade".

À Professora Dra. Maria Rita Ivo, coordenadora da Cátedra Manuel Correia de Andrade, que me acolheu neste projeto e auxiliou na construção de outros caminhos na minha trajetória acadêmica.

À Professora Dra. Thais de Lourdes Correia de Andrade, que generosamente contribuiu para os resultados deste trabalho.

Ao Programa de Residência Pedagógica, que, neste último ano da graduação, enriqueceu minha formação como professora, com destaque para a professora preceptora Janiara Lima.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes, que esteve ao meu lado desde 2019, orientando-me com paciência, sabedoria e incentivo constante contribuindo na minha formação acadêmica e pessoal.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores e colegas do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE que compartilharam conhecimento, orientação e amizade ao longo desses anos, enriquecendo meu processo formativo como geógrafa.

A todos vocês, minha sincera gratidão.

RESUMO

Este trabalho analisa o pensamento geográfico inovador de Manuel Correia de Andrade, um geógrafo pernambucano que desafiou as concepções convencionais de sua época. Sua abordagem histórico-crítica concentrou-se nas profundas desigualdades socioeconômicas do Brasil, com ênfase nas disparidades internas da região Nordeste e em sua complexa formação territorial. Andrade viu o Nordeste como uma região heterogênea, explorando-a por meio de uma análise regional crítica e diversificada que caracteriza sua espacialidade. No entanto, até meados da década de 1910, a representação do Nordeste estava predominantemente ligada a percepções ambientalistas e eugênicas, o que limitou a análise crítica das questões de classe na região. Uma mudança teórica significativa ocorreu em 1963 com a publicação de "A Terra e o Homem no Nordeste" por Manuel Correia de Andrade. Nesta obra, Andrade adotou uma abordagem multidimensional, considerando fatores naturais, sociais e econômicos para analisar as sub-regiões nordestinas. Assim, desafiou a visão homogênea do Nordeste, tornando-se um pioneiro na geografia crítica brasileira, abordando as relações de produção e de trabalho no espaço agrário nordestino, adotando uma perspectiva dialética. Os objetivos deste estudo incluem realizar uma sistematização sobre a construção do território nordestino refletida por Manuel Correia de Andrade e identificar as influências das percepções e temáticas de Manuel Correia de Andrade no debate territorial sobre a região Nordeste na atualidade (2013-2023). A metodologia adotada compreende uma abordagem contextual, análise de dados primários e secundários, bem como pesquisa bibliométrica. Por fim, evidencia-se que o pensamento de Manuel Correia de Andrade permanece relevante para a compreensão das questões socioeconômicas do Nordeste, destacando a constante interferência do poder político em benefício de grupos dominantes ao longo da história, mesmo que surjam novas dinâmicas territoriais e atores sociais complexificando a análise dessa região. Suas análises críticas contribuem significativamente para a compreensão das problemáticas sociais e políticas da região, tornando sua obra um pilar fundamental na Geografia e nos estudos regionais.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; região Nordeste; território

ABSTRACT

This work analyzes the innovative geographic thought of Manuel Correia de Andrade, a geographer from Pernambuco who challenged the conventional conceptions of his time. His historical-critical approach focused on the deep socioeconomic inequalities in Brazil, with an emphasis on internal disparities in the Northeast region and its complex territorial formation. Andrade saw the Northeast as a heterogeneous region, exploring it through a critical and diverse regional analysis that characterizes its spatiality. However, until the mid-1910s, representation of the Northeast was predominantly linked to environmentalist and eugenic perceptions, which limited critical analysis of class issues in the region. A significant theoretical change occurred in 1963 with the publication of "A Terra e o Homem no Nordeste" by Manuel Correia de Andrade. In this work, Andrade adopted a multidimensional approach, considering natural, social and economic factors to analyze the northeastern sub-regions. Thus, he challenged the homogeneous vision of the Northeast, becoming a pioneer in Brazilian critical geography, addressing production and work relations in the northeastern agrarian space, adopting a dialectical perspective. The objectives of this study include carrying out a systematization of the construction of the northeastern territory reflected by Manuel Correia de Andrade and identifying the influences of Manuel Correia de Andrade's perceptions and themes in the territorial debate about the Northeast region today (2013-2023). The methodology adopted comprises a contextual approach, analysis of primary and secondary data, as well as bibliometric research. Finally, it is evident that Manuel Correia de Andrade's thought remains relevant for understanding socioeconomic issues in the Northeast, highlighting the constant interference of political power for the benefit of dominant groups throughout history, even if new territorial dynamics and actors emerge social issues, complicating the analysis of this region. His critical analyzes contribute significantly to the understanding of the region's social and political issues, making his work a fundamental pillar in Geography and regional studies.

Keywords: Manuel Correia de Andrade; Northeast region; territory

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Localização do Engenho Jundiá (Vicência-PE)	21
Figura 2 - Manuel Correia de Andrade (ao centro) e familiares durante conferência de homenagem em 2002	25
Figura 3 - Panegírico - Rodada de Homenagem à Manuel Correia de Andrade (Universidade Federal de Pernambuco-2022)	26
Figura 04 - Linha do Tempo - Manuel Correia de Andrade	27
Figura 05 - Quadro esquemático com os eixos de análise mais preponderantes nos artigos selecionado	53
Figura 06 - Mapa de localização do PISF	59
Quadro 01 - Periódicos selecionados para a etapa da pesquisa bibliométrica	19
Quadro 02 - Principais teses produzidas entre as décadas de 1920 e 1950 no contexto da Geografia Pernambucana	38
Quadro 03 - Períodos representativos do processo de territorialização do Nordeste, conforme Andrade (1973; 1985; 1993b; 2004)	45
Quadro 04 - Relação das obras de Manuel Correia de Andrade citadas nos artigos selecionados	51
Gráfico 01 - Dimensão temporal do quantitativo de artigos publicados sobre a temática analisada entre 2013 e 2023	47
Gráfico 02 - Panorama da quantidade artigos filtrados por palavra-chave utilizada	48
Gráfico 03 - Principais temas pesquisados nos artigos selecionados	49
Gráfico 04 - Quantidade de artigos que citam obras de Manuel Correia de Andrade	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Ocorrência de conflitos por Terra-regiões	55
--	-----------

LISTA DE ABREVIACÕES

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

CEHIBRA - Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira

CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NAPE - Núcleo de Apoio à Pesquisa e Extensão

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	16
2.1 Objetivo Geral	
2.2 Objetivos Específicos	
3. METODOLOGIA.....	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1 TRAJETÓRIA ESPACIAL E ACADÊMICA DA VIDA E OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE.....	20
4.1.1 Trajetória espacial	20
4.1.2 A abordagem regional e as renovações da Geografia Estudos Iniciais.....	27
4.2 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE EM MANUEL CORREIA DE ANDRADE	32
4.2.1 As diversas dimensões do Território.....	32
4.2.2 A construção de uma região Nordeste.....	34
4.2.3 A Territorialização do Nordeste nas obras de MCA.....	39
4.3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A DISCUSSÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO NA ATUALIDADE E OS SEUS DIÁLOGOS COM MANUEL CORREIA DE ANDRADE.....	46
4.3.2 Análise da produção científica referente a discussão territorial do Nordeste brasileiro na atualidade.....	46
4.3.3 Discussões sobre a Região Nordeste hoje: Alguns diálogos com ManuelCorreia de Andrade.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
6. REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A –ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURAD.....	70
APÊNDICE B – QUANTIDADE DE ARTIGOS RELACIONADOS A REGIÃO NORDESTE FILTRADOS NAS REVISTAS SELECIONADAS.....	71

1. INTRODUÇÃO

O Geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade desenvolveu um pensamento geográfico de caráter inovador, rompendo com paradigmas conceituais da sua época. Esse direcionamento foi baseado em uma Geografia histórico-crítica centrada na denúncia da problemática do desenvolvimento socioeconômico desigual brasileiro, sobretudo das desigualdades internas da região Nordeste, dando grande enfoque à sua formação territorial. Manuel Correia de Andrade, concebia o Nordeste como uma região heterogênea, apresenta-o através da espacialidade dos conflitos e movimentos sociais, realizando uma leitura histórico-crítica das estruturas econômicas, políticas e territoriais que compõem esse contexto.

A formação de uma sociedade pode ser melhor compreendida pelo estudo do seu território, a região Nordeste não foge dessa lógica. A construção territorial do Estado Brasileiro tem seu desenvolvimento inicial nessa região, local onde ocorreram as primeiras intervenções coloniais e mercantis das metrópoles europeias.

Com isso vários historiadores, sociólogos e geógrafos como Gilberto Freyre (2013), Caio Prado Júnior (1980), Celso Furtado (2005), Manuel Correia de Andrade (1973, 2004) e pesquisadores mais contemporâneos como Iná Elias de Castro (2001) e Durval Muniz (2011), se debruçaram no estudo territorial do Nordeste com destaque para a sua formação histórica, ocupação, povoamento e atividades socioeconômicas margeadas por relações de poder conflituosas e simbolismos. Assim a construção e dinamização territorial faz parte das origens e transformações dos problemas sociais do Nordeste, a exemplo do subdesenvolvimento.

Em relação a esse assunto, torna-se necessário destacar que até meados da década de 1910 ainda não existia um ideal geográfico, histórico e cultural do conjunto nordestino. A representação dessa parte do Brasil estava vinculada majoritariamente às percepções ambientalistas e eugênicas (Albuquerque Júnior, 2011). Esse fator influi também na forma como essa região foi retratada em pesquisas científicas e estudos geográficos nas décadas posteriores. A descrição dos fatores naturais e climáticos foi preponderante enquanto que os conflitos de classes produzidos pela hierarquização social na região não eram analisados sobre um método crítico.

Uma mudança nessa direção teórica na Geografia ocorreu em 1963 com a publicação do livro "A terra e homem no Nordeste" de Manuel Correia de Andrade, por meio dessa obra, as sub-regiões do Nordeste passam a ser analisadas mediante a junção de variantes naturais,

sociais e econômicas. Com isso entendeu-se que o Nordeste não era algo homogêneo, tendo dentro do seu território a intercalação de sub-regiões diversas que possuem dinâmicas internas de ocupação e relações socioeconômicas próprias. Fatores como a formação territorial, o latifúndio, a exploração da mão-de-obra e os tipos de povoamento do Nordeste se repetiam nessas análises que já vinham sendo realizadas nas teses de Geografia regional do período, mas agora recebem um debate crítico evidente saindo assim do cenário da observação descritiva que era comum a essa tendência (Rocha, 1954).

Esse pensamento reverberou também na vida de Manuel Correia, por exemplo, dentro da dinâmica política da década de 1940 participa como militante estudantil da oposição ao Governo ditatorial de Getúlio Vargas; demonstrando, assim, o seu envolvimento pessoal com as questões geopolíticas e democráticas do seu período. Salienta-se, contudo, que os seus estudos relacionados com a temática territorial e política da região Nordeste começaram a se desenvolver de forma mais acentuada a partir da década de 1960. Nesse período, Andrade foi um precursor das abordagens críticas na geografia brasileira, já desenvolvendo, 15 anos antes do movimento da chamada geografia crítica, a discussão sobre as lutas de classes e o pensamento social, histórico e político dialético.

No decorrer da sua trajetória geográfica e acadêmica multidisciplinar, Manuel Correia de Andrade recebeu diversas influências teórico-metodológicas, o que contribui com o teor mais crítico das suas análises precursoras do espaço geográfico nordestino. Devido a sua formação inicial em direito e seu vínculo com a história, Andrade recebeu também a influência de personalidades da ciência social (além de Marx, Engels) como Caio Prado Júnior, Josué de Castro e Gilberto Freyre com os quais manteve relações de afinidade durante a vida. Esses intelectuais auxiliaram na construção da reflexão política, territorial e social dos estudos regionais de Andrade que elucidaram questões como o espaço agrário, as lutas camponesas e os conflitos territoriais no Nordeste brasileiro.

No que condiz com as reflexões sobre a formação do Nordeste, essas foram realizadas por Manuel Correia de Andrade ao longo da sua vida acadêmica e estão diluídas em suas obras, por exemplo, em Andrade (1973; 1985; 1993 a, 2004). Nesse percurso discursivo nota-se um fator constante nas discussões de Manuel Correia de Andrade, o ser humano enquanto dinâmica de classe social, destacando que o conceito de território deve ser pensado por meio da lógica das relações de poder, pois está intimamente vinculado à ideia de controle e domínio de determinada área (Andrade, 2004). Desse modo, ao estudar a questão territorial no Nordeste, buscava esclarecimentos históricos e geográficos para compreender as relações

socioeconômicas que dinamizaram a sua produção espacial.

A relevância de se resgatar a análise da formação territorial do Nordeste a partir desse autor se justifica devido a densidade e importância de seus escritos, reconhecidamente um dos precursores e protagonistas sobre a reflexão crítica dessa região. Seu pensamento foi pioneiro em âmbito nacional analisando o território Nordestino como um sistema contraditório de relações de poder. Assim, essas reflexões que se encontram diluídas em suas obras devem ser resgatadas e organizadas a fim de servir de apoio para discussões contemporâneas.

Aliado a isso, é importante identificar a atualidade do seu pensamento sobre essa temática destacando os processos territoriais e de reconfiguração regional do Nordeste, analisando a dimensionalidade dos conflitos no campo, as dinâmicas de expropriação de terras camponesas e de povos tradicionais por meio da modernização dos meios de produção e o avanço de projetos desenvolvimentistas. Para tanto se faz necessário uma análise dos estudos atuais sobre essas temáticas, buscando correlacionar esse cenário com as reflexões e problematizações desenvolvidas por Manuel Correia de Andrade referentes ao Nordeste brasileiro.

Desse modo, considerando esta problemática temos as seguintes indagações: Como se deu a construção territorial do Nordeste de acordo com Manuel Correia de Andrade? Como a espacialidade territorial do Nordeste é tratada pelo autor? Quais noções são utilizadas por Manuel Correia de Andrade na sua análise sobre a construção territorial do Nordeste? Como está representado o pensamento de Manuel Correia de Andrade nos estudos atuais sobre o debate territorial da região Nordeste?

Nesse sentido, inicialmente no tópico "Trajetória espacial e acadêmica da vida e obra de Manuel Correia de Andrade" foi apresentado um panorama geral sobre a vida e a obra de Manuel Correia de Andrade situando o espaço e o tempo em que esse autor estava inserido, bem com suas atuações e posicionamentos acadêmicos e políticos. Em seguida, foi abordado em "A formação territorial do Nordeste em Manuel Correia de Andrade" o processo de formação da região Nordeste a partir da definição dos principais períodos elaborados por Manuel Correia de Andrade ao longo das suas produções acadêmicas (1973; 1985; 1993a, 2004), buscando realizar uma síntese desse processo. Por fim, no tópico "A produção científica sobre a discussão territorial do Nordeste brasileiro na atualidade e os seus diálogos com Manuel Correia de Andrade" apresentou-se os dados referente às pesquisas publicadas sobre a região Nordeste entre 2013 e 2023 que foram selecionadas no escopo deste trabalho. Esse exercício foi realizado visando identificar os eixos temáticos produzidos sobre as

questões territoriais da região Nordeste, atrelada à discussão desses resultados a partir da obra de Manuel Correia de Andrade. Assim, foi possível estabelecer conexões temáticas e identificar a atualidade das discussões desse geógrafo.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Realizar uma sistematização sobre a construção do território nordestino refletida por Manuel Correia de Andrade

2.2 Objetivos Específicos:

- Analisar as influências históricas e teóricas na trajetória espaço temporal da vida e obra de Manuel Correia de Andrade;
- Caracterizar a produção bibliográfica sobre a construção a formação territorial do Nordeste em M.C.A;
- Reconstituir a história territorial do Nordeste segundo a discussão do autor.
- Identificar as influências das percepções e temáticas de Manuel Correia de Andrade no debate territorial sobre a região Nordeste na atualidade (2013-2023)

3. METODOLOGIA

Para orientar a pesquisa se utilizará a abordagem contextual do Geógrafo francês Vincent Berdoulay (2017), que consiste em analisar a conjunção tanto das lógicas internas da ciência quanto às influências externas contextuais nos quais os cientistas e os objetos de estudo estão situados. A partir desse método buscamos espacializar a produção científica de Manuel Correia de Andrade sobre a discussão territorial do Nordeste compreendendo os enlaces históricos, políticos e sociais envolvidos nesses estudos.

Essa abordagem está dividida em 5 etapas: 1) Reconhecimento de que existem sistemas estruturados de pensamento, ao mesmo momento em que há continuidade de certas percepções; 2) Importância de não estabelecer dicotomias entre fatores internos da ciência em estudo (teorias, conceitos) e fatores externos (contexto da sociedade da época, economia, política e poder); 3) Não negligenciar nem menosprezar nenhuma tendência geográfica em específico; 4) É imprescindível não ignorar algumas das questões principais que afligiam o contexto social da região analisada. 5) Deve-se ressaltar a análise dos círculos de afinidade para compreender o pensamento científico da época.

Sobre essa abordagem, utilizada como um mecanismo de estudo da ciência geográfica de forma contextualizada, Berdoulay (2003) destaca que:

A abordagem contextual, quase sem formalização como se encontra, serve como uma moldura abrangente para analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com o contexto no qual o cientista está situado. Destacando os elos que unem a mudança no pensamento geográfico ao seu contexto, estaremos na melhor posição para avaliar, e aprender com as contribuições criativas de indivíduos notáveis (BERDOULAY, 2003, p. 52-53).

Essas etapas apresentadas estiveram presentes na elaboração dessa pesquisa e encontram-se diluídas ao longo da discussão proposta.

A abordagem contextual de Berdoulay (2017) se faz complementar com as análises dos procedimentos metodológicos. Esse processo foi concretizado por meio da coleta de dados primários referentes a entrevistas feitas por Araújo (2002) e Leite (2000) e também de autoria própria a respeito da entrevista semiestruturada realizada de forma remota com a professora Dr. Thais de Lourdes Correia de Andrade (UFPE). As perguntas e a entrevista em si tiveram o direcionamento de compreender o período histórico, o espaço geográfico, os elos filosóficos-metodológicos e os círculos de afinidades em que Manuel Correia esteve inserido.

Já os dados secundários foram obtidos a partir da pesquisa bibliográfica com destaque para as obras de Andrade (1973; 1985; 1988; 2004). Como complemento a esses livros principais também foram utilizadas outras obras de Manuel Correia de Andrade totalizando assim 10 obras analisadas. Somando-se a isso com a finalidade de reconstituir a história territorial da formação da região Nordeste segundo o pensamento geográfico de Manuel Correia foi feita uma periodização histórica, a partir dos temas investigados pelo autor que foram identificados durante o processo de leitura do material bibliográfico recolhido em plataformas digitais e visitas de campo realizadas em acervos de instituições como a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Por fim, para analisar a presença do pensamento de Manuel Correia de Andrade sobre a formação territorial do Nordeste na atualidade se realizou uma pesquisa bibliométrica por meio de periódicos nacionais de Geografia situados entre os estratos Qualis A1 a A4, conforme última avaliação do quadriênio 2017-2020 presente na Plataforma Sucupira (Quadro 01). Nesse processo buscou-se identificar também as possíveis influências de Manuel Correia de Andrade referente às discussões atuais realizadas sobre a região Nordeste, sintetizando as principais questões e enfoques de estudo.

Quadro 01: Periódicos selecionados para a etapa da pesquisa bibliométrica

Qualis	Periódico	Instituição de vínculo
A1	Boletim Goiano de Geografia	Universidade Federal de Goiás (UFG)
	GEOUSP: Espaço e Tempo Geografia	Universidade de São Paulo (USP)
	Sociedade & Natureza	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
	MERCATOR	Universidade Federal do Ceará (UFC)
	Caminhos de Geografia	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
	Revista Nera	Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Presidente Prudente
A2	Geosul	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
	Terra livre	Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)
	Geonordeste	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
	Geografães	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
	Sociedade e Território	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
A3	Boletim Gaúcho de Geografia	Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Porto Alegre (AGB-PA)
	Revista Geonorte	Universidade Federal do Amazonas
A4	Revista Geografia em Atos	Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP).
	Revista de Geografia - GeoUECE	Universidade Estadual do Ceará
Total	15	

Fonte: Plataforma Sucupira, 2023

Nota: Quadro organizado pela autora com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Para selecionar e filtrar esses artigos foi utilizado um conjunto de palavras chaves representativas, sendo essas: conflitos no campo, desenvolvimento territorial, formação territorial, planejamento territorial, região Nordeste, relações de poder, e territorialidade. Com a finalidade de identificar e problematizar o material coletado e o seu conteúdo foram construídos quadros e gráficos que auxiliam na sistematização, organização e exposição dos dados, apresentando, então, um quadro analítico do que se tem produzido sobre o território nordestino destacando possíveis centralidades temáticas, teóricas e acadêmicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 TRAJETÓRIA ESPACIAL E ACADÊMICA DA VIDA E OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

“Desde muito cedo Manuel Correia se preocupou com a questão social e com a questão do trabalhador, pois ele era um menino de engenho e por esse convívio percebia as diferenças que existiam em relação a casa onde morava e o acesso aos bens materiais que os trabalhadores do engenho e os seus filhos possuíam. Ele ia para o colégio, inicialmente estudou em Vicência, no Recife e quando retornava para o engenho os meninos eram os mesmos, não tinham oportunidades e não frequentavam a escola. Isso afetava ele porque o filho do senhor de engenho “tinha epodia” e o filho do trabalhador não tinha acesso às mesmas coisas.”

(Trecho da entrevista realizada com a Profa. Dra Thais de Lourdes Correia de Andrade. Rocha e Gomes, 2022, p.6)

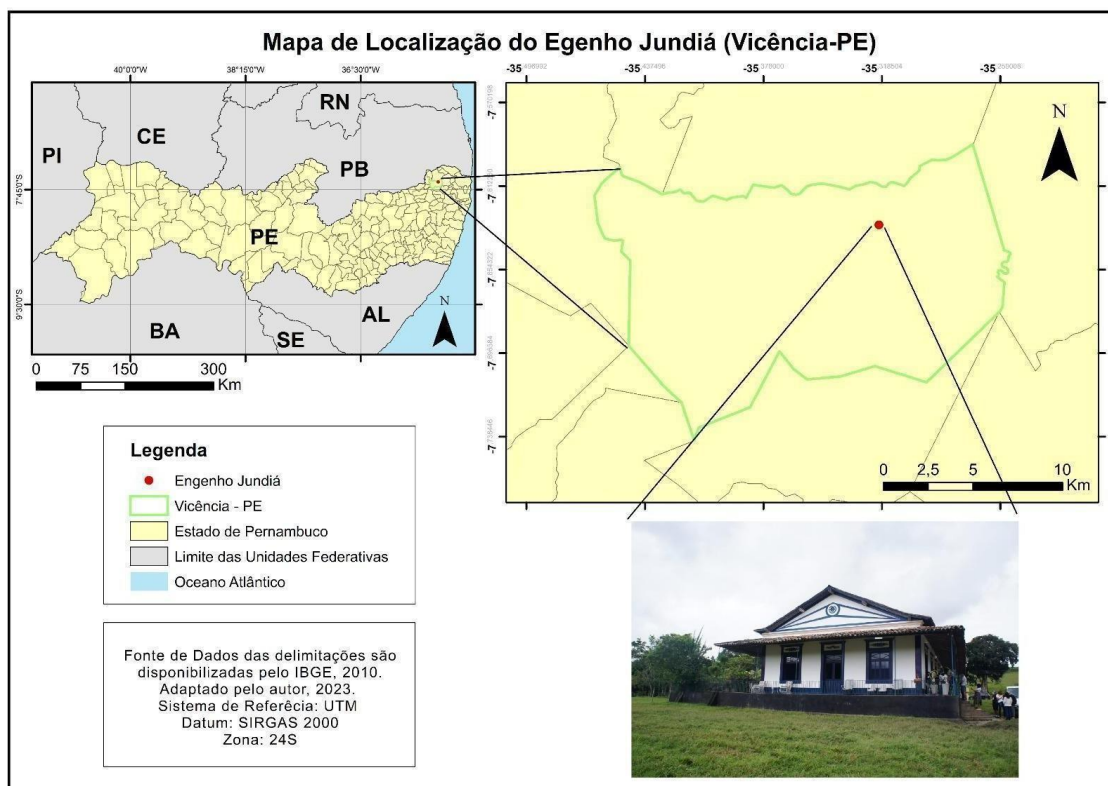
Neste tópico, são abordados temas referentes ao contexto da produção intelectual de Manuel Correia de Andrade e os principais eventos históricos da época nos quais esteve envolvido, bem como as influências teóricas notadamente marcantes em suas obras e que contribuíram para a formação do seu posicionamento acadêmico.

4.1.1 Trajetória espacial

Manuel Correia de Andrade (1922-2007) nasceu no Engenho Jundiá (Figura 01) localizado no município de Vicência, na Zona da Mata Norte de Pernambuco (Andrade, 2019). O município de Vicência encontra-se geograficamente posicionado no Vale do Siriji¹, em proximidade às bases da Cordilheira dos Mascarenhas que é constituída pelas serras de Jundiá, Tipi e Neves. As características geográficas desta região favoreceram o desenvolvimento de atividades agrícolas ligadas ao ciclo canavieiro. Atualmente compõem a rota dos engenhos da Zona do Mata pernambucana, configurando um marco do turismo rural local.

Figura 01: Mapa de Localização do Engenho Jundiá (Vicência-PE).

¹ Em 1958 Manuel Correia de Andrade apresentou a tese “Vale do Siriji: (um estudo de Geografia Regional)” para o provimento da Cadeira de Geografia Geral do Colégio Estadual de Pernambuco.



Fonte: IBGE

Elaboração: Autora, 2023

Nesse sentido, sendo a sua família proprietária de engenho e inserida no contexto de uma aristocracia rural, desde cedo teve contato com a estrutura patriarcal e desigual do sistema produtivo da monocultura da cana de açúcar o que alimentou seu desejo de mudança social. Devido a essas características contraditórias do seu próprio espaço de vivência, Manuel Correia, buscou estudar essa problemática a fundo dando destaque para a análise da região Nordeste e do sistema açucareiro.

No âmbito da sua formação educacional, realizou o ensino primário no município de Vicência, se deslocando posteriormente para Recife, onde estudou desde o colegial até o ensino superior. Em específico concluiu o curso secundário no Liceu Pernambucano em 1939, período no qual realizou a prova para ingressar no Ginásio e após isso iniciar no primeiro ano do pré-jurídico (Marino, 2014). Depois desse processo, ingressou no Ensino Superior na Faculdade de Direito e Filosofia do Recife, onde se formou bacharel em Direito e passou a advogar a favor da classe trabalhadora (Andrade, 2019). Além do curso de direito, Manuel Correia estudou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, que posteriormente originou a Universidade Católica de Pernambuco, com a finalidade de cursar História e Geografia na primeira turma da instituição.

Durante a sua formação acadêmica entrou em contato com organizações estudantis atuando como liderança mediante a presidência do diretório acadêmico de Direito e a organização da União Estadual dos Estudantes. Nessa época participou também da oposição ao Estado Novo (1937-1945) e se manteve vinculado por um curto período de tempo ao Partido Comunista (Araújo, 2002). Nota-se então que na década de 1940 Manuel Correia cursou mutuamente diferentes formações superiores. Esses aspectos apresentados demonstram a interdisciplinaridade da formação acadêmica do autor, o que lhe possibilitou desenvolver um vasto conhecimento em Geografia, História e Economia, ampliando a sua análise teórica e prática a respeito da região Nordeste.

A partir de 1952, Manuel Correia de Andrade, encerrou a sua atuação enquanto advogado passando a se dedicar totalmente ao ensino de Geografia e História. Lecionou essas disciplinas em vários colégios recifenses de cunho privado, a exemplo do Colégio Joaquim Nabuco, Leão XIII, Oswaldo Cruz e Americano Batista, assim como atuou na esfera pública na Escola Normal de Pernambuco e no Ginásio Pernambucano, onde foi professor catedrático, conforme Andrade (2019).

No contexto do ensino superior, atuou inicialmente enquanto assistente do professor Gilberto de Osório no Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, realizando pesquisas auxiliares na área de Geografia Física e Regional, posteriormente assumiu a função de professor. Esse cenário de institucionalização e avanço da Geografia no âmbito do ensino, irá exigir consequentemente a elaboração de materiais didáticos, a exemplo dos manuais de Geografia. No período de 1950 a 1970, ocorreu o crescimento e difusão considerável desses livros, sendo figuras centrais nesse processo, Aroldo de Azevedo, representando o eixo sul, e Manuel Correia de Andrade juntamente com Hilton Sette, representando o Nordeste. Em relação a esse assunto Manuel Correia comenta em entrevista concedida a Araújo (2002):

Naqueles anos, a Editora do Brasil, de São Paulo, resolvera adotar uma estratégia para enfrentar a Companhia Editora Nacional que tinha o monopólio da edição de livros didáticos. Para fazer livros, em São Paulo e no Rio, os melhores autores já estavam comprometidos. Então ele [o editor] resolveu vir para o norte pegar professores que escrevessem livros didáticos competitivos. Aqui ele contratou Hilton, que era um bom professor de geografia, competente, mas era um pouco lento. E tinha de fazer, de uma carrada, sete livros: quatro para o curso ginasial e três para o curso colegial. Hilton me convidou para me associar a ele. Então, nós fizemos esses livros, que tiveram uma aceitação boa, no Brasil inteiro (ARAÚJO, 2002, p.102).

Nesse sentido, ocorre uma modificação no eixo produtivo dos livros didáticos, assim, os materiais elaborados por Manuel Correia e Hilton Sette, fazem concorrência aos livros

publicados por autores já tradicionais nesse ramo. Dentre o conjunto das obras didáticas criadas por esses dois autores, podemos destacar algumas como: “Geografia do Brasil para terceira série ginasial, 1952; Geografia Geral para a primeira série ginasial, 1954; Geografia Geral para a segunda série ginasial, 1954; e Geografia Geral para a quarta série ginasial, 1956” (Costa, 2010, p.68).

Enquanto isso, sobre o aspecto da Geografia no ensino superior em Pernambuco, Andrade (2007) destaca que:

Os anos de 1950 foram bastante favoráveis ao desenvolvimento dos estudos geográficos em Pernambuco, devido à implantação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, inicialmente como faculdades particulares [...] com elas, criava-se, também, na então Universidade do Recife, atual Federal de Pernambuco, uma faculdade, não confessional. E foi aí que os professores Gilberto Osório de Andrade, titular de Geografia Física, e Mário Lacerda de Mello, da área de Geografia Humana, passaram a complementar o ensino em sala de aula, com os trabalhos de pesquisa de campo. (ANDRADE, 2007, p.12)

Com isso, as pesquisas na área de Geografia dentro da Universidade Federal de Pernambuco e em instituições como o Instituto Joaquim Nabuco, atual FUNDAJ, e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), começaram com excursões de campo realizadas inicialmente pelos professores do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, Gilberto de Osório (1912-1986) e Mário Lacerda de Melo (1913-2004). Inserido nesse contexto participou também de pesquisas sobre o mapeamento do território nordestino, desde a Zona da Mata e sua produção açucareira com a consequente contaminação das bacias fluviais formando os “rios de açúcar” (Freyre, 2013) até o Agreste e a influência da pecuária no povoamento e desenvolvimento dessa sub-região.

Já estabelecida essas pesquisas, em 1963, Manuel Correia de Andrade escreveu a pedido de Caio Prado Júnior o livro “A terra e o homem no Nordeste”, o qual foi publicado pela editora brasiliense. Em relação a esse assunto, Thais de Lourdes Correia de Andrade, em entrevista a Rocha e Gomes (2022), relata o seguinte:

No momento em que Caio Prado Júnior teve a ideia de trabalhar as várias regiões brasileiras no sentido da sua estrutura agrária, da sua distribuição de renda e das condições existentes, pensou em convidar professores das diferentes regiões para escreverem sobre elas. Isso foi o que aconteceu com Manuel Correia de Andrade. Assim, em um determinado momento Caio Prado veio a Recife e fez esse convite para que ele trabalhasse o Nordeste (Rocha e Gomes, 2022, p 7).

A partir da publicação e repercussão dessa obra, Manuel Correia de Andrade passa a ter o seu trabalho reconhecido a nível nacional. Por conta disso foi convidado para atuar no cargo de diretor superintendente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos

(GEPA) durante o Governo de Miguel Arraes. Devido a sua representação no contexto científico e político, enfrentou, posteriormente, consequentes perseguições empreendidas pelos órgãos da Ditadura Militar (1964-1985) que classificaram a sua principal obra, “A terra e o Homem no Nordeste”, como subversiva.

Nesse livro, Andrade trazia debates sociais sobre a região Nordeste e sua estrutura agrária antes não problematizados pela Geografia, dando destaque para o camponês, os modos de produção no campo, as relações de trabalho abusivas e os dilemas advindos da concentração histórica de terras. Como solução desses aspectos propôs uma reforma agrária diversificada condizente com cada sub-região do Nordeste e que alinhasse à concessão de terras com o apoio técnico e financeiro para os camponeses.

Ademais, tal livro não foi bem recebido pela própria Geografia do período. Com uma leitura crítica não comum à época, sofreu certa resistência de aceitação devido ao caráter conservador ligado à Geografia clássica que dominava o cenário intelectual dessa ciência no Brasil e especificamente em Pernambuco. Por isso, esse livro foi banido das prateleiras das universidades por bastante tempo (ANDRADE, 2019).

Após o período que ficou sobre a vigia do Governo militar, Manuel Correia de Andrade conseguiu uma licença dos órgãos governamentais para fazer um estágio na França, onde passou um ano, a convite de Pierre Monbeig (Araújo, 2002). Quando esteve na França fez alguns cursos e realizou conferências sobre a reforma agrária no Brasil, assim como entrou em contato com a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento de François Perroux. Com isso, influenciado por essa experiência, ao retornar ao Brasil trabalhou na CONDEPE/FIDEM (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco) com a finalidade de fazer uma regionalização administrativa, baseada na identificação de regiões polarizadas.

Além disso, Manuel Correia de Andrade foi presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) no período de 1961 até 1963 e vice-presidente entre os anos de 1968 e 1969, tendo criado juntamente com outros geógrafos pernambucanos a seção local da AGB Recife (Rocha, 1954). Por meio desse cargo promoveu o incentivo político da ciência geográfica, bem como o desenvolvimento de eventos e encontros que possibilitaram um apoio científico regional à Geografia. Já na década de 1970 foi responsável pela criação do Mestrado em Geografia na UFPE, terceiro a ser fundado no Brasil, do qual exerceu a função de coordenador.

Nessa universidade participou ainda da chefia do Departamento de Ciências

Geográficas (DCG-UFPE) e da coordenação do Mestrado em Economia, o qual também auxiliou a construir. Em 1984, passou a dirigir a Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira (Cehibra) da Fundação Joaquim Nabuco. Essa instituição organizou uma sessão de homenagens para os 80 anos de Manuel Correia de Andrade em 2002 (Figura 2), com a elaboração de artigos, livros e um documentário: “Casas de Manuel Correia de Andrade”. Já aposentado, se tornou coordenador da Cátedra Gilberto Freyre, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, desenvolvendo atividades de pesquisa ligadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a produção de eventos científicos (Araújo, 2002).

Figura 2: Manuel Correia de Andrade (ao centro) e familiares durante conferência de homenagem em 2002.



Fonte: FUNDAJ

Em 2022, ano do seu centenário, Manuel Correia, recebeu diversas homenagens sendo a culminância delas a realização do Seminário Nacional “A terra e o homem: Centenário de Manuel Correia de Andrade” (Figura 03) nos dias 02, 03, 04 e 05 de agosto que foi organizado em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa e contou com aliderança do Grupo de pesquisa Rede de Pesquisadores- Itinerários da Educação Geográfica (RePEG). Além disso, Manuel Correia foi agraciado com mais dois títulos de Doutor Honoris Causa, um pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e outro pela Universidade Estadual de Pernambuco (UPE).

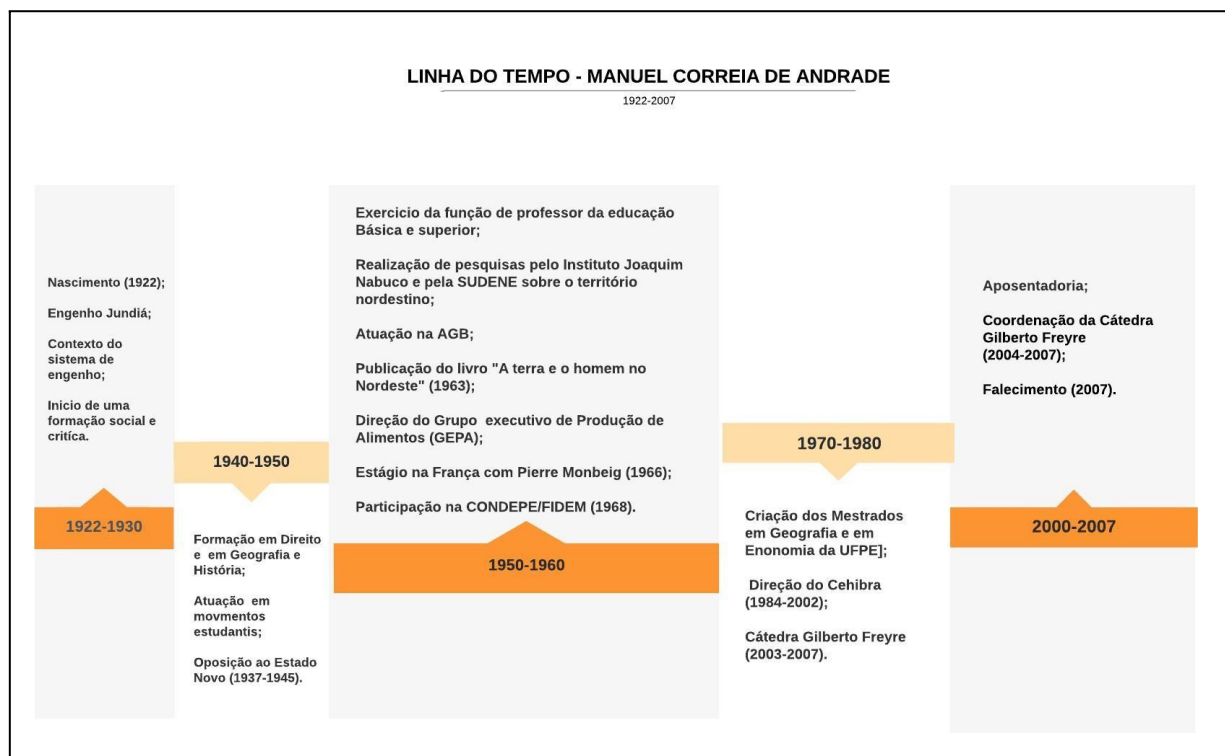
Figura 3: Panegírico - Rodada de Homenagem à Manuel Correia de Andrade (Universidade Federal de Pernambuco-2022)



Fonte: Comissão organizadora do Seminário Nacional “A terra e o homem”: Centenário de Manuel Correia de Andrade.

Em 2022 também ocorreu a reativação da Cátedra Manuel Correia de Andrade que está vinculada a Universidade Federal Rural de Pernambuco e realiza atividades relacionadas à atuação acadêmica de Manuel Correia de Andrade, bem como sobre as suas áreas de estudo com destaque para as temáticas referentes à região Nordeste.

Como forma de sintetizar brevemente alguns desses pontos referentes à trajetória espacial, acadêmica e política de Manuel Correia de Andrade foi elaborada uma linha do tempo que consta com as periodizações apresentadas (Figura 04).

Figura 04: Linha do Tempo - Manuel Correia de Andrade

Fonte: Autora, 2023.

Desse modo, pode-se observar que mesmo diante de situações políticas adversas Manuel Correia de Andrade continuou produzindo e contribuindo para o desenvolvimento científico das Ciências Sociais e para a construção de uma sociedade mais igualitária. Pela análise dos períodos dispostos no Quadro 02 nota-se ainda que Manuel Correia participou ativamente dos eventos históricos da sua época e manteve uma atuação constante no cenário político e acadêmico durante toda a sua vida. Essa abordagem de situar o autor e sua obra no contexto intelectual e histórico é desenvolvida por Machado (2019) e se mostra como um caminho metodológico importante na síntese e problematização desses estudos.

4.1.2 A abordagem regional e as renovações da Geografia em Manuel Correia de Andrade

Em termos de base científica a Geografia se consolidou no Brasil a partir da década de 1930, quando houve a criação da Associação de Geógrafos Brasileiros, a instituição dos cursos de Geografia na USP (1934) e Universidade do Distrito Federal (1935) - atual UFRJ - e criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (1938). Esse primeiro

período de institucionalização foi marcado pela influência da Geografia Tradicional, sendo as visões possibilistas e ambientalistas as mais presentes por meio da disseminação do conceito de região.

Nessa época as pesquisas desenvolvidas pelos geógrafos, em nome de uma neutralidade, deixaram de lado as categorias territoriais e espaciais. Num contexto de ajuste às demandas planificadoras do Estado Novo, a Geografia praticada no Brasil deu destaque aos estudos sobre a noção de paisagens e regiões naturais marcadas pelos aspectos físicos como o relevo, o clima e a vegetação. Sobre esse cenário Andrade (1977) pontua que:

Ao tentar caracterizar as regiões, dava-se uma grande importância aos elementos físicos e que se desconhecia a influência dos fatores humanos. Eles eram apenas, superpostos aqueles, como se o homem, modificando as condições naturais, não tivesse uma grande participação na elaboração e na diversificação das paisagens” (Andrade, 1977, p. 39)

Com isso, o conceito de região natural surge da premissa de que o ambiente, incluindo elementos como topografia, clima, hidrografia e vegetação, exerce uma influência significativa na trajetória do desenvolvimento da sociedade. Assim, os geógrafos buscam compreender de que forma essas características impactam nos padrões tanto humanos quanto ambientais. Esse conceito de região natural foi popularizado por Ricchieri e difundido no país por Delgado de Carvalho, direcionando a regionalização oficial do Brasil realizada pelo IBGE em 1942 (Andrade, 1977). Essa regionalização tinha como finalidade propor uma definição da base territorial do país, dividindo o Brasil em cinco grandes regiões naturais: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro Oeste.

Após a consolidação da Geografia nos órgãos de pesquisa e universidades repercutiu no Brasil na década de 1950 a chamada Geografia Quantitativa e Teorética de raízes anglo-saxãs, principalmente estadunidense e inglesa. Adentrando principalmente via IBGE tinha métodos estatísticos e técnicas quantitativistas que buscavam trazer modelos matemáticos de outras áreas para o estudo do espaço geográfico, relativizando as realidades existentes em cada território em termos de utilização pragmática. Com isso, atendia os interesses capitalistas, que emergiram num contexto de expansão econômica e industrial, construindo modelos de análise espacial universalizantes (Nascimento, 2003).

Mesmo sendo crítico a essa corrente, Manuel Correia de Andrade, compreendia o conhecimento científico como algo processual, desse modo, os conceitos empreendidos pela Geografia Tradicional não podiam ser ignorados, já que valorizando a cultura científica dizia que a ciência não se criava a partir do nada, sempre havendo um conhecimento anterior e

posterior (Andrade, 1977). Dessa forma, para o autor, as novas tendências e movimentos que surgem na Geografia também são influenciados por saberes geográficos anteriores, resta então buscar reformulá-los ou refutá-los com base nos novos avanços tecnológicos e científicos. Essa visão processual de Manuel Correia de Andrade não inferiorizou tendências geográficas opostas. Diferente dos discursos teóricos dominantes o autor evitou assim polarizações, um ponto importante para compreender complementarmente a dinâmica do pensamento geográfico, como confirma Berdoulay (2017).

Nesse mesmo período se materializa no cenário francês a Geografia Ativa, a partir da publicação do livro *La Géographie Active* em 1964, acentuando, conforme Verdi (2020, p.3) “as interações das relações sociais e espaciais a partir do que ele considerou como uma Geografia sociológica, buscando o estudo diferencial da diversidade dos fatos sociais e das combinações sociais do mundo”. Manuel Correia foi influenciado por essa corrente do pensamento que pregava uma metodologia mais crítica que a praticada pela Geografia Tradicional de fundos descritivistas e positivistas e das correntes geográficas que reproduziam esse discurso. Contudo, apesar da influência é pertinente pontuar que antes da ascensão da Geografia Ativa, Andrade já promovia em seus estudos tal visão crítica de denúncia das contradições e conflitos - advindo de sua prática militante e reflexão crítica.

No início da sua carreira acadêmica Manuel Correia de Andrade, adentrou-se nas leituras da Geografia francesa de base lablachiana, dando muita atenção para o conceito de região. Mas sempre manteve um olhar crítico e humanístico sobre os problemas regionais. Desse modo não focava apenas na distribuição espacial dos fenômenos e a caracterização das unidades regionais de determinada localidade, mas também analisava aspectos oriundos do subdesenvolvimento regional, dos conflitos territoriais, dos problemas socioambientais e da concentração de terras.

Além disso, desde muito jovem teve contato com obras clássicas das ciências sociais e assim foi construindo seu arcabouço teórico. Aos 14 anos, conforme Andrade (2019, p-60) “recebeu do seu pai um exemplar de Casa Grande & Senzala fato que lhe causou grande impacto e despertou o seu interesse pelas Ciências Sociais”. Os estudos de Gilberto Freyre sobre a formação da civilização açucareira na região Nordeste se fizeram presentes nas obras de Andrade (1973). Esses fatores referentes à formação inicial do autor influenciaram a sua leitura regional sobre o Nordeste, incluindo ainda a influência de autores como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Josué de Castro.

No que diz respeito às definições regionais, Andrade (1973, 1987) adotou para a região humana da Geografia francesa a definição de André Cholley sobre a região

geográfica analisada a partir dos domínios físicos, do meio biológico e da organização do espaço realizada pelo ser humano. A perspectiva histórico-dialética também mediava essas discussões como foi evidenciado no livro “A terra e o homem no Nordeste”, no qual foram inseridos conceitos não debatidos dentro da então Geografia Agrária. Posteriormente o conceito de regiões econômicas, em específico a região polarizada, elaborado por François Perroux passou a influenciar os estudos do autor resultando em algumas obras como: Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos pólos de desenvolvimento aos países do terceiro mundo (1970); Geografia, região e desenvolvimento (1977) e Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional (1987).

Essa Geografia Regional, segundo Andrade (2019), era o principal enfoque de Manuel Correia de Andrade, alinhado com os estudos sobre a questão agrária, os fatores socioambientais da ocupação do espaço nordestino, as concepções teóricas sobre a ciência geográfica e também o ensino de Geografia. Além disso, foi pioneiro no estudo mais crítico sobre o espaço geográfico nordestino, com destaque para a questão agrária e as relações produtivas construídas nesta região.

Esse debate começou ainda na década de 1960, a partir da sua mais reconhecida obra “A terra e o Homem do Nordeste”. Neste livro ocorre um processo marcante de regionalização do Nordeste que irá influenciar outras concepções e formas de delimitação dessa região. Nota-se nesse direcionamento teórico de Andrade (1973), um processo de junção entre uma Geografia Regional e um método histórico-dialético, mesmo que este não tenha sido citado diretamente em sua obra, para a análise espacial das contradições e problemáticas sociais do Nordeste brasileiro (Neto, 2010).

Em entrevista concedida a Leite (2000), Andrade fez referência a outras contribuições para o seu pensamento teórico citando obras de Marx, Engels, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Lenin e Elisée Reclus. Ademais também menciona os estudos sobre formação histórico-econômica do Brasil realizados por Caio Prado Júnior que era visto por ele como um mestre, tendo influência marcante na sua formação, consolidando nele um marxismo elaborado em função da práxis e da realidade brasileira. Sobre esse aspecto Manuel Correia de Andrade destaca em entrevista a Pereira e Medeiros (2003), o seguinte:

Na minha vida cultural, dediquei grande parte do meu tempo à leitura, tanto de livros específicos de Geografia como de Filosofia, de Ciências Sociais e de História. Minhas posições são transdisciplinares e, entre os meus trabalhos, há os especificamente geográficos, ao lado de trabalhos que são considerados de Economia, de História e de Sociologia. (Pereira, Medeiros, 2003).

Devido a sua formação multifacetada Manuel Correia de Andrade pensava a ciência social como algo único que foi desmembrado em algumas áreas que deveriam se complementar de forma interdisciplinar. Essa percepção sobre a ciência demonstra o direcionamento teórico e metodológico desenvolvido pelo autor, pois em suas obras buscou alinhar o conhecimento geográfico com análises históricas, dialéticas, sociais e econômicas.

Por esses aspectos, pode ser tratado como um dos precursores do movimento de renovação crítica da Geografia Brasileira que realmente se destaca no final na década de 1970 e se consolida nas décadas de 80 e 90 com as indagações de ruptura metodológicas empreendidas pela Geografia Crítica. Portanto, percebe-se a variedade de pensadores que contribuíram na formação acadêmica de Manuel Correia de Andrade e compuseram seu ciclo de afinidades e influências (Berdoulay, 2017). Desse modo, a partir dessa variedade foi possível a produção pioneira de uma Geografia que analisou de forma mais crítica as dinâmicas regionais nordestinas.

Em aspectos regionais no livro “A terra e o homem no Nordeste” a regionalização a espacialidade nordestina é analisada a partir de 5 sub-regiões: a do Litoral e Mata, o Agreste, o Sertão e o Litoral Norte, o Meio Norte e a Guiana Maranhense. Manuel Correia fez uma análise do Nordeste a partir da formação territorial do Brasil e sua manifestação nestas diferentes regiões, na qual as estruturas produtivas imposta pelos colonizadores e pelas elites locais estavam submetidas a atividades econômicas que ditavam a dinâmica espacial, a exemplo da produção açucareira.

Nesse sentido, nota-se que a produção intelectual de Andrade sobre o espaço nordestino traz para o nível nacional um debate que se difere da abordagem referente apenas aos condicionamentos do meio natural da Zona da Mata ou do Sertão, fato comum no período. Já que para além disso, destacou as particularidades intrarregionais de outras sub-regiões do Nordeste, como o Agreste e o Meio-Norte. Esse processo foi inovador para os estudos regionais, pois mesmo havendo uma vasta bibliografia referente a essa região, ainda não havia sido discutido de forma integrada as esferas políticas, econômicas e as relações produtivas na configuração espacial do Nordeste brasileiro.

4.2 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE EM MANUEL CORREIA DE ANDRADE

“Essa preocupação dele com o Nordeste é algo presente nos seus estudos e nos seus livros didáticos, sempre focando na questão do Nordeste físico, do Nordeste humano e do Nordeste econômico. O que ele via nesse Nordeste, que era tanto do seu interesse, para além do fato dele ser nordestino, mas também, como ele sempre disse, por que o Nordeste era uma região pouco conhecida, pouco estudada, era uma região que tinha sempre aquela visão por parte de muitos como sendo uma "região problema", a "região da seca". O Nordeste não era visto na sua realidade”

(Trecho da entrevista realizada com a Profa. Dra Thais de Lourdes Correia de Andrade. ROCHA e GOMES, 2022, p.6)

Neste tópico, aborda-se inicialmente algumas definições da categoria geográfica território e do processo de construção da Região Nordeste. Em seguida discute-se a definição dos principais períodos elaborados por Manuel Correia de Andrade (1973; 1985; 1988; 2004) sobre a territorialização do Nordeste brasileiro ao longo das suas produções acadêmicas.

4.2.1 As diversas dimensões do Território

Na abordagem tradicional da geografia, o conceito de território era visto como uma porção específica da superfície terrestre que era apropriada e ocupada por um grupo humano. Nessa perspectiva, o território era considerado um espaço concreto com atributos naturais e sociais. Além disso, essa abordagem frequentemente estava fortemente ligada, até mesmo ideologicamente, à escala do território nacional, ou seja, ao conceito de Estado-nação (Nascimento, 2003).

No entanto, nas últimas décadas observou-se um movimento em direção a concepções mais flexíveis e críticas em relação ao território. Isso foi evidenciado no contexto do movimento de renovação liderado pela Geografia Crítica, que atribuiu um papel central ao conceito de território em seus estudos. Essa corrente emergiu com o objetivo de questionar os métodos tradicionais de estudo da Geografia, bem como a abordagem quantitativa da Geografia Teórica, e baseou-se em princípios do materialismo histórico e da dialética. Além disso, enfatizou a importância das estruturas de poder na criação de divisões socioespaciais.

O conceito de território assume nesse contexto aspectos condizentes sobretudo com as relações de poder, como aponta Andrade (1994) “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes

empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando fronteiras políticas” (ANDRADE, 1994, p.213). Assim o território também está relacionado com o domínio de determinada área que pode ocorrer tanto por meio de ações de instituições públicas e privadas, quanto por grupos sociais.

Somando-se a isso as análises territoriais de Manuel Correia de Andrade, em especial no que tange ao Nordeste, tem um enfoque econômico evidente (SAQUET, 2010). A discussão sobre o território e o seu contexto na formação do Brasil e do Nordeste assume um debate mais teórico em relação a Manuel Correia de Andrade nos livros "Geopolítica do Brasil" (1993a) e "A questão do território no Brasil" (2004), bem como no artigo "Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local" (1994). A partir dessas obras é possível chegar a definição de 3 conceitos centrais para a temática territorial refletida por esse autor:

1. Território: Condiz com o processo de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada onde as relações de poder se fazem presentes;
2. Territorialidade: Refere-se à consciência provocada nas pessoas a partir da formação de territórios por meio de um processo de identificação;
3. Territorialização: É a forma pela qual o território se materializa.

Nota-se nesses apontamentos que, para Andrade (1993a, 1994, 2004), o território não existe sem o fator de interferência de produção humana. O espaço, por exemplo, seria mais amplo englobando também as áreas "vazias" que ainda não se territorializaram. Esses apontamentos de Manuel Correia de Andrade estão em concordância com Santos (1985) que reflete sobre a recorrência dessa associação feita entre os conceitos de território e espaço e a importância da sua diferenciação. O espaço é produzido pelas ações humanas sobre o próprio espaço enquanto o território possui variáveis, como as instituições, os fluxos, os fixos e as relações de produção e trabalhistas. Santos (1985) defende ainda a periodização da história como um fator que irá organizar o estudo sobre determinado território e sua formação.

Conceitualmente para outros autores como Raffestin (1993) e Souza (2009) a construção do território revela, assim como para Andrade (1993a, 1994, 2004), relações marcadas pelo poder que emerge na ótica das relações sociais e históricas, especialmente delimitadas, agindo sobre um substrato referencial no qual os grupos hegemônicos determinam suas vontades políticas, econômicas e sociais. Dialeticamente nesse processo de apropriação e dominação do território ocorreriam dinâmicas de resistência pelos sujeitos

afetados por essas ações.

As definições propostas por Raffestin (1993) sobre a categoria de território, juntamente com a abordagem de Lefebvre sobre o espaço vivido, desempenharam um papel fundamental na renovação do conceito de território, trazendo uma perspectiva integradora que abarca aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólicas/culturais em sua composição.

Esses estudos repercutem no Brasil em discussões que trazem à tona a categoria território como central para compreender as contradições espaciais, influenciando o pensamento geográfico brasileiro. Nesse caminho teórico Saquet (2009) apresenta uma percepção sobre território centrada na sua materialidade e imaterialidade, identificando o território ao mesmo tempo como um produto e uma condição social que se insere numa lógica espaço-temporal delimitada. Haesbaert (2007) corrobora com essa análise material e simbólica do território destacando a multiterritorialidade atual definida a partir do caráter identitário do mundo pós-moderno. No que tange a territorialização define esse processo como uma habilidade de construir ou desconstruir limites através do espaço geográfico.

Já para Moraes (2001) na formação dos territórios ocorre 3 dimensões específicas: o território enquanto uma construção bélica/ militar, uma construção jurídica e uma construção ideológica. Em complemento, o território pode ser utilizado para pensar também o planejamento e o ordenamento territorial, processo que se estabelece a fim de organizar o território com objetivo de atender a lógica do capitalismo.

Percebe-se a partir dessas conceituações que o território foi retratado com diferentes abordagens sejam elas políticas, administrativas, culturais, econômicas, ou um entrelaçamento dessas vertentes.

4.2.2 A construção de uma região Nordeste

No livro “O Nordeste e a questão regional” (1993b), publicado inicialmente em 1988, Manuel Correia de Andrade faz uma gênese socioeconômica do Nordeste diante da questão regional. Assim o autor apresenta um recorte espacial e temporal que perpassa desde o período da colonização até as políticas de desenvolvimento econômico. Andrade (1993b) destaca nessa obra que por muito tempo entendia-se que o território nacional poderia ser compreendido em duas grandes regiões: Norte e Sul, sendo a primeira um contraponto à segunda. Nesse caso se construiu uma certa dicotomia e uma homogeneização das características próprias dessas regiões. O conceito de Nordeste enquanto individualidade e

singularidade, por sua vez, foi construído ao longo do tempo, sofrendo influência do seu processo de formação histórico, geográfico e territorial.

Desse modo, se estabeleceu em torno do Nordeste um imaginário social que o caracterizou como uma unidade homogênea sociedade atingida negativamente por fenômenos de ordens naturais. Com isso, ocorreu, por exemplo, a associação entre o fenômeno da seca no Sertão nordestino aos entraves da modernização econômica e do desenvolvimento social da região. Pontua-se, entretanto, que, até meados da década de 1910 ainda não existia um ideal geográfico, histórico e cultural do conjunto nordestino. A representação dessa parte do Brasil estava vinculada majoritariamente às percepções ambientalistas como já mencionado.

Situado nesse contexto, o livro "Os Sertões" (1902), de Euclides da Cunha, por meio de uma abordagem regional, retratou essa concepção. Contudo, isso foi realizado em tom de denúncia sobre a violência estatal cometida em Canudo, preocupando-se também em retratar com extremo detalhe as relações entre o homem (o sertanejo), o seu território (os sertões) e a Guerra. Esta narrativa criou um contraste físico e social entre o norte e o sul do país, e reforçou, no início do século XX as dualidades regionais entre uma região progressista (o sudeste-sul) e uma região tradicionalista e atrasada (norte-nordeste) (Albuquerque Júnior, 2011).

. Esse paradigma entre sociedade e natureza na formação da região Nordeste é discutido por Castro (2001) que demonstra como o imaginário pode criar narrativas tão fortes que são tomadas como realidades concretas e absolutas em prol da caracterização de uma identidade regional que tem em seu cerne a disputa por poder. Esses estereótipos não construíram um ideal regional sobre o Nordeste. Segundo Albuquerque Júnior (2011):

Esse ideário só será desenvolvido pelo Movimento Regionalista através da quebra desses paradigmas naturalistas, com a emergência de uma nova perspectiva cultural, histórica e geográfica relacionada ao espaço nordestino e, pela reelaboração das imagens e enunciados que construíram o antigo Norte (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p.76).

O Movimento Regionalista de 1926 (Recife), liderado por Gilberto Freyre, influenciou o modo de pensar geográfica e historicamente a região Nordeste em suas particularidades espaciais e culturais, assim como constituiu uma forma imagética-espacial de diferenciá-la (Freyre, 1997). Por esta leitura, aspectos naturalistas e deterministas sem reducionismos, foram intercalados com as questões sociais e culturais do espaço. O que possibilitou aos precursores da Geografia, uma perspectiva diferente daquela predominante

no Sudeste por meio da criação e valorização de uma concepção de Nordeste com histórias, espacialidades e pensamentos próprios,

No entanto, é importante ressaltar que essa abordagem também resultou em uma falta de problematização dos fatores sociais decorrentes do processo de colonização. Isso culminou na construção de uma concepção/invenção de Nordeste como uma identidade idealizada que perdura até os dias atuais (Albuquerque Júnior, 2011). Ademais, é fundamental reconhecer que os sujeitos dessa região também contribuem para a materialização de suas identidades e territorialidades regionais através de práticas concretas de representações culturais, sociais e religiosas. Somando-se a isso é necessário discernir sobre a associação das relações de poder interregionais e o processo histórico que produziram no Nordeste cenários de desigualdades sociais, bem como configuraram especificidades regionais (Santos, 2019). Portanto, ao abordar esse tema, é essencial considerar esses aspectos como parte integrante da discussão e não apenas a dimensão do discurso (Wanderley, 2021).

Nesse aspecto, no artigo “A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil” Andrade (1986b) destaca também, em consonância com os preceitos regionalista, mas baseado numa visão histórico-crítica, que o imaginário negativo construído sobre o Nordeste se centralizava em uma análise superficial. Argumenta que, mesmo sendo visto como uma região "problema", subpovoada e subdesenvolvida, o Nordeste tinha grande importância socioeconômica devido às suas atividades produtivas diversas de origem minerais, animais e agrícolas que vinham se modernizando, além de possuir parte representativa do território e da população nacional.

Contudo, pode-se dizer, com base nas leituras do autor, que durante o processo histórico de ocupação do território nordestino foram conservadas as estruturas de apropriação da terra e as formas de organização social. Esses aspectos são diretamente responsáveis pelas condições de vulnerabilidade dos trabalhadores rurais às secas e a condição de subdesenvolvimento da região marcada pela concentração de riquezas. Andrade (1986b) denuncia que esse imaginário que busca naturalizar os processos sociais é uma forma de silenciamento das reais problemáticas do subdesenvolvimento do Nordeste.

Nota-se, contudo, que a construção desse pensamento se iniciou antes mesmo da concepção oficial do Nordeste enquanto região, segundo as suas configurações territoriais atuais (Castro, 2001). O processo de regionalização oficial do Brasil começou por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1941 a partir da delimitação de 5 grandes regiões (Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste), foram consideradas nessa definição principalmente condições naturais (relevo, geologia, hidrografia, clima e

vegetação). Os Estados da região Nordeste de acordo com tal regionalização eram: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, já na chamada região Leste estavam Sergipe e Bahia. Mas apenas na década de 1960 ocorre uma nova reformulação da regionalização do Brasil e a partir de então o IBGE define a atual delimitação espacial do território nordestino (Andrade, 1993b).

Na regionalização realizada por Manuel Correia de Andrade no livro “A terra e o homem no Nordeste” (1973), como já destacado, o Nordeste aparece organizado da seguinte forma a partir de sub-regiões: a do Litoral e Mata, o Agreste, o Sertão e o Litoral Norte, o Meio Norte e a Guiana Maranhense. Manuel Correia fez uma análise do Nordeste a partir da formação territorial do Brasil e sua manifestação nestas diferentes regiões, na qual as estruturas produtivas imposta pelos colonizadores e pelas elites locais estavam submetidas a atividades econômicas que ditavam a dinâmica espacial, a exemplo da produção açucareira.

Em contraponto ao cenário da monocultura da cana-de-açúcar se tem o estabelecimento de outras atividades produtivas nessas sub-regiões que auxiliaram na disseminação do povoamento e da formação territorial do Nordeste. No Agreste se teve um povoamento mais tardio através do desenvolvimento da lavoura de algodão, que, em alguns períodos históricos fez frente a concorrência com o ciclo econômico da cana-de-açúcar. A pecuária presente no Agreste, e principalmente no Sertão nordestino, foi um fator importante também para a criação de núcleos urbanos e centros comerciais.

Na sub-região do Meio Norte a presença de atividades extrativista e da rizicultura também interferiram na ocupação dessa parte do território nordestino que teve uma distribuição populacional dispersa. Em ambas as sub-regiões, contudo, foram identificadas por Andrade (1973) formas de exploração semelhantes do campesinato como a questão do foro, o trabalho de meeiro e a posterior proletarianização rural.

Essa produção está inserida num contexto onde se propunha uma ideologia desenvolvimentista, difundida no primeiro Governo Vargas que se voltou para um projeto de industrialização e a modernização da estrutura produtiva no Brasil. Para tanto se tornou necessário a delimitação das fronteiras nacionais promovido pelos estudos regionais do IBGE, da AGB e posteriormente por órgãos locais de planejamento como a Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1959 pelo então presidente Juscelino Kubitschek (1956-61) teve como idealizador e primeiro superintendente o economista Celso Furtado que ficou no comando desse órgão até 1964.

Nota-se que nesse período ocorreu um processo de reconhecimento regional do Nordeste pensando no cenário das instituições da Geografia. Nesse sentido, os Geógrafos e

Geógrafas pernambucanos assumiram destaque considerável na época, a exemplo de Mário Lacerda de Melo, Gilberto Freyre, Rachel Calda Lins, Manuel Correia de Andrade, Hilton Sette e Tadeu Rocha, realizando pesquisas voltadas à regionalização e ao planejamento regional do Nordeste para além da narrativa de homogeneidade natural difundida na época sobre o território Nordestino.

Nesse ínterim houveram produções referente a elaboração de teses ligadas a estudos de carácter geográficos e a regionalização do Nordeste como apresentado no Quadro 02.

Quadro 02: Principais teses produzidas entre as décadas de 1920 e 1950 no contexto da Geografia Pernambucana.

Autor	Teses	Instituição	Ano
Agamenon Magalhães	O Nordeste brasileiro, o habitat e a gens	Cátedra de Geografia humana do Ginásio Pernambucano	1922
Hilton Sette	Regiões naturais de Pernambuco	Cátedra de Geografia humana do Ginásio Pernambucano	1946
Mário Lacerda de Melo	Pernambuco: Traços de sua Geografia Humana	Cátedra de Geografia humana do Ginásio Pernambucano	1939
Gilberto de Osório de Andrade	Um Complexo Antropogeográfico (Lineamentos para uma Geografia Total da Amazônia)	Cátedra de Geografia humana do Ginásio Pernambucano	1939
Mauro Motta	O Cajueiro Nordestino	Cátedra de Geografia do Brasil do Instituto de Educação de Pernambuco	1955

Fonte: FUNDAJ, 2022.

Nota: Quadro organizado pela autora com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Essas investigações, podem ser reconhecidas como monografias regionais, estudos que se preocupavam apenas com uma determinada região e que se caracterizavam por serem descritivos. Em seu cerne esses estudos utilizaram o método regional que implica na identificação e análise de áreas geográficas ou sociais particulares, através da descrição e caracterização de unidades regionais com base em critérios específicos (Gomes, 2003). Assim, nesses estudos, foram discutidos temas relacionados à Geografia com um enfoque regional, contextualizados dentro dos debates teóricos e científicos da época que permeavam as ciências humanas.

Notavelmente, a pesquisa defendida por Agamenon Magalhães (1922) é considerada uma das primeiras teses acadêmicas a adotar a terminologia "Nordeste" para identificar um espaço geográfico específico. Essa tese enfatizou aspectos relacionados ao solo, geologia da região e as dinâmicas humanas, incorporando uma visão influenciada pelo determinismo geográfico (Albuquerque Júnior, 2011).

Quanto às teses apresentadas por Mário Lacerda de Melo (1939) e Gilberto de Osório de Andrade (1939), ambas foram direcionadas ao cargo de professor catedrático do Ginásio Pernambucano. Esses autores basearam seus trabalhos em "observações pessoais diretas" e na "observação direta dos fenômenos" por meio de um processo descritivo das condições naturais e humanas dos espaços analisados, conforme enfatizado por Rocha (1954, p.45).

4.2.3 A Territorialização do Nordeste nas obras de Manuel Correia de Andrade

O processo de formação do Nordeste foi estudado ao longo das obras de Manuel Correia de Andrade, nas quais deu destaque à questão territorial e as relações de poder presentes no desenvolvimento dessa região. De acordo com as leituras realizadas foi possível destacar 4 principais períodos de análise sobre essa temática que estão presentes nas obras de Andrade, foram esses: o período colonial (séculos XVI e XVIII) a crise do sistema colonial (final do século XVIII e início do século XIX), o processo de industrialização das estruturas produtivas (1930-1950), e o planejamento regional e a questão da SUDENE (a partir da década de 1950). Sobre esses períodos buscou-se analisar os principais pontos referentes à formação territorial ligados à economia, à sociedade, às relações de trabalho e aos conflitos.

O estudo de uma determinada localidade, país ou região a partir da história da formação do seu território é uma possibilidade que se abre para a melhor compreensão das suas particularidades (Moraes, 2001). Inicialmente pode-se apresentar como ponto de reflexão sobre esse processo de formação do Nordeste o período de colonização que modificou a lógica de ocupação e o modo de vida existente na espacialidade do Brasil.

No livro “A questão do território no Brasil” (2004) Manuel Correia aborda essa temática destacando que no século XVI se inicia o processo de expansão marítima europeia por meio do capitalismo mercantil de acumulação, buscando-se a exploração de novos territórios e recursos. No Brasil a colonização portuguesa em um primeiro momento não teve caráter de povoamento, sendo mantida por meio da exploração dos recursos naturais. O processo de ocupação se acentuou a partir do cultivo da monocultura da cana-de-açúcar que já havia sido iniciado nas Ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico e com o desenvolvimento do

tráfico negreiro.

Conforme Furtado (2005) isso ocorreu também porque Portugal perderia as terras americanas se não realizasse um esforço real para ocupá-las permanentemente. Essa expansão territorial por meio da colonização foi empreendida de forma violenta e subjugou os povos originários do Brasil. Tanto a terra quanto os habitantes locais foram vistos como propriedade do colonizador europeu. Esse cenário é pontuado por Andrade (1986a) no livro “Lutas camponesas no Nordeste”, segundo o autor os povos indígenas resistiram a essa imposição, mas mesmo sendo em um número superior não possuíam o poderio bélico que os portugueses detinham. Assim, essa população originária foi atingida diretamente pela colonização que aplicou uma desterritorialização do seu espaço por meio da espoliação da natureza. Conforme Andrade (1986), parte desses povos indígenas se transferiu para outras áreas da colônia, construindo novos territórios.

Nesse aspecto, a colonização pode ser entendida então como a efetivação do domínio territorial (Moraes, 2001). A ocupação colonial foi estabelecida por meio da criação de capitanias hereditárias de grandes extensões que eram destinadas a donatários. Dentro desse contexto, a capitania de Pernambuco se destaca como um núcleo colonial, ainda no século XVI, devido ao cultivo da cana de açúcar, com uma população considerável para a época e algumas vilas no seu território, a exemplo de Olinda e Itamaracá.

Já a centralização do Governo Geral foi estabelecida em 1549 em Salvador que se tornou oficialmente a 1ª capital do Brasil, esses aspectos demonstram a relevância da posição da região Nordeste no período colonial. Citando contribuições de Celso Furtado, Andrade (1973, p.32) relata que “o processo de ocupação açucareira foi totalmente capitalista devido aos altos investimentos na agricultura e a inserção no mercado econômico”. Nesse sentido, percebe-se que a colonização no Brasil foi um empreendimento econômico típico de domínio do capitalismo mercantil (Prado Junior, 1980). Com isso, a colonização lançou o processo de concentração de terras por meio da formação de latifúndios e da exploração da força de trabalho, visando a acumulação de riquezas, modificando assim as relações sociais presentes até então no território invadido.

Esse contexto possibilitou o consequente crescimento do sistema colonial baseado na escravidão e na produção açucareira. Desse modo para suprir a demanda de gêneros alimentícios e animais que a produção açucareira desenvolvida na Zona da Mata nordestina necessitava, a pecuária extensiva presente no Agreste e no Sertão do Nordeste foi de fundamental importância. Tal atividade agiu, portanto, como um eixo complementar ao complexo econômico nordestino presente no período colonial e ao povoamento do interior

(Andrade, 1973). A força produtiva explorada inicialmente foi a indígena, mas devido aos conflitos, a maior demanda e principalmente a lucratividade da escravização de povos do continente africano ocorreu a mudança para a adoção desse sistema. Como isso o Brasil se tornou um expoente no processo do tráfico negreiro que para além da narrativa tradicional relativa à demanda produtiva da monocultura da cana de açúcar estava envolvido com a comercialização e a lucratividade da escravidão. Constrói-se assim uma associação de monocultura, trabalho escravo e grande propriedade (Freyre, 2013).

Contudo, esse apogeu do sistema colonial no Brasil começa a entrar em crise no final do XVIII e início no século XIX, conforme aponta Andrade em "Geopolítica do Brasil" e Moraes (2001). Nesse período ocorreu a expansão napoleônica pela península ibérica a qual atingiu a monarquia portuguesa e espanhola culminando em processos de independência nas colônias e a vinda da família real portuguesa para o Brasil. Devido a independência foi elaborada uma política para o novo estado, mas sem reformular as estruturas sociais e oligárquicas vigentes, bem como manteve-se a forma de governo representada pela monarquia. Essa mudança alterou o centro de poder político e o sentido de expansão do território brasileiro.

Nesse sentido, a nova capital do Brasil foi instalada no Rio de Janeiro, mas a hegemonia dessa região dar-se-ia com o processo de mineração nas minas de ouro e diamantes em São Paulo e Minas Gerais e pela posterior exploração do café. Desse modo, o controle territorial passaria para a elite do eixo sul do país dando início a desapropriação e transferência dos recursos do Nordeste para a essa região. Esse processo é bem analisado no livro "O Caso do Nordeste brasileiro" (1985) onde Andrade desenvolve uma discussão em torno do subdesenvolvimento do Nordeste a partir do entendimento da sua construção histórica, assim segundo o autor:

"O espaço nordestino foi produzido em quatro séculos e meio de colonização, em função do atendimento da demanda de produtos alimentícios e de matérias primas do mercado externo. Posteriormente o crescimento de outras regiões do Brasil transformou o Nordeste em fornecedor de produtos primários e de mão de obra a essas regiões" (ANDRADE, 1985, p.11).

A partir disso nota-se uma problemática constante no quadro econômico do Nordeste, baseado no desvio das riquezas internas para outras áreas e regionalmente também como o desvio do Sertão e Agreste para a Zona da Mata. Esse processo, segundo Andrade (1985) seria uma das características da formação geohistórica do Nordeste e contribuiu para o subdesenvolvimento da região. A interferência do sistema colonial e posteriormente das

estruturas oligárquicas remanescentes, junto com a polarização entre as regiões do país, contribuiu para a construção e a perpetuação desse processo.

Outra modificação socioespacial importante desse período ocorreu na segunda metade do século XIX, a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre e a abolição da escravidão. Essas modificações estavam inseridas, além do contexto das lutas internas dos próprios escravizados que formaram revoltas e construíram modos de resistência, no cenário do desenvolvimento do capital que necessitava de consumidores para as suas mercadorias, logo o sistema do escravismo ainda presente no Brasil não era condizente com esse novo momento.

Dessa forma, ocorreu uma mudança gradativa para a difusão do trabalho assalariado livre e a posterior proletarianização dos trabalhadores rurais. Essas dinâmicas atingiram a produção açucareira no Nordeste que também passou por um processo de inovação em relação à produção de variedades de cana, e ao aperfeiçoamento dos velhos engenhos para criar competitividade com o açúcar produzido nas Antilhas. Somando-se a esse ponto se tem a implantação de ferrovias ligando as grandes propriedades rurais aos portos (Andrade, 1973).

A partir da década de 1930 ocorre uma modificação significativa das estruturas administrativas e ideológicas do país por meio da intervenção do Estado na economia, da ideologia desenvolvimentista e do protecionismo econômico. Essas alterações tinham como finalidade orientar um processo que criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que tinha a intencionalidade de formular uma política de racionalização da utilização do território brasileiro (Andrade, 1993b). Nesse contexto, se estabeleceu o aumento do processo de industrialização do Brasil que visava o crescimento econômico a nível local, nacional e internacional. Na região Nordeste havia duas culturas principais que concentraram esforços de modernização industrial: a cana de açúcar e a indústria de tecidos (algodão), sendo que a primeira foi a mais impulsionada (Andrade, 1993b). Ocorreu então a implantação de engenhos centrais para separar atividades agrícolas e industriais.

Esse cenário resultou posteriormente na substituição desses engenhos pelas usinas que formaram grandes complexos açucareiros, a fim de atender sobretudo a produção de álcool. Isso contou com apoio político local e financiamento governamental, como aconteceu com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933. Contudo, tal processo não significou uma mudança real nas estruturas de poder, sendo mantidas as formas sociais só que agora com novas funções, a exploração em si continuou a se reproduzir como aponta Andrade (2002) em seu artigo “Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas,

velhas funções”.

Assim, todas essas ações econômicas não alteraram o problema agrário na região, que era e ainda é representado pela concentração de terras e pela exploração do campo. Em contrapartida o que houve foi a expropriação das famílias camponesas das propriedades onde viviam na condição de foreiros para atender as demandas territoriais das usinas já que as terras dos engenhos foram compradas mudando o sistema de relações territoriais tradicionais. Essa situação, segundo Andrade (1986a) levou a criação de levantes populares como o caso das Ligas camponesas² que se iniciaram na Zona da Mata pernambucana e depois se difundiram para outras regiões do Nordeste.

Em si, a industrialização moderna no Brasil se desenvolveu a partir da Segunda Guerra Mundial. No Nordeste os investimentos para o seu crescimento continuaram ocorrendo estrategicamente nas estruturas físicas de base, como energética e tecnológica, e monetárias para o fortalecimento do sistema financeiro. Com isso, na década de 1940 já se constroem projetos para o aproveitamento da energia hidroelétrica do Rio São Francisco (construção da Usina de Paulo Afonso).

Em 1952 foi criado o Banco do Nordeste do Brasil, com o intuito de levar crédito aos empreendimentos agrícolas industriais, que em parte focaram nas grandes propriedades fortalecendo a formação de latifúndios. Nesse período nota-se também uma política constante de valorização do Vale do Rio São Francisco a partir da modernização, do incentivo das atividades agrícolas, da irrigação, e da orientação técnica. Contudo, como ressalta Andrade (1993b, p.36) “Essas medidas, porém visavam muito mais o crescimento da produção e modernização tecnológica do que o desenvolvimento e as transformações sociais”. Percebe-se, então, a interferência inerente das relações de poder na formação territorial do Nordeste atuando desde o período colonial até a sua industrialização contemporânea.

Nesse contexto de desenvolvimento surge a implementação do planejamento regional. Segundo Friedmann (1960), "planejamento é uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e do controle conscientes do meio ambiente, procura atingir certos fins já anteriormente por ele mesmo especificados". Com o objetivo de organizar o território para atender a lógica capitalista começam a surgir cada vez mais nessa época esforços para a criação de planejamentos regionais de grande amplitude. De acordo com Andrade (1993b), na região Nordeste essa perspectiva se estabelece ainda como forma

² A sede inicial desse levante se estruturou com a fundação da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galiléia, localizado na Zona da Mata do município pernambucano de Vitória de Santo Antão. Na época trabalhavam no local cerca de 140 famílias de camponeses em regime de foro (Andrade, 1973).

de estudar os aspectos da regionalização e organizar investimentos voltados para o desenvolvimento da política de combate à seca com a criação de órgãos específicos, além da intenção de controle territorial.

Diferente de ações anteriores, ocorreu de modo mais institucionalizado na década de 1950 a criação de alguns órgãos responsáveis por esse planejamento. Destaca-se órgãos como a Operação Nordeste que buscava realizar uma política de desenvolvimento regional, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado, e, por fim, já em 1959, surge como resultante desses projetos a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). De acordo com Godoy (2013), a regulamentação inicial da SUDENE foi de difícil aprovação no Congresso Nacional, pois seu funcionamento faria interferência direta no sistema político e oligárquico que controlava a região onde seria aplicada. Entretanto, esses mesmos agentes políticos utilizaram posteriormente esse órgão como aparato estatal para o favorecimento das elites locais e de grupos empresariais.

Além disso, os estudos desses órgãos chegaram à conclusão de que o problema de ordem climática não era o fator determinante do dilema social do Nordeste. Como já destacado para Andrade (1985) a principal causa dessa problemática é a questão econômica derivada da concentração de riquezas internamente e do seu desvio histórico para outras áreas. Com a criação da SUDENE, o governo sistematizou o processo de intervenção no Nordeste procurando incorporá-lo no sistema econômico brasileiro por meio da sua modernização. Nesse período as indústrias tradicionais do Nordeste estavam em momento de queda devido a sua fragilidade frente ao mercado nacional. A dinamização dessas políticas desenvolvimentistas e modernizadoras da SUDENE facilitaram a integração do Nordeste neste mercado, sendo isso possível devido a nova organização espacial e econômica que foi criada nesta região.

Pontua-se, porém, que nesse novo direcionamento científico e estatal, as estruturas sociais permaneceram não problematizadas e as políticas públicas em parte subsidiaram empreendimentos de grandes proprietários rurais possibilitando a gradativa concentração de terras. Assim, novamente tal mudança não foi acompanhada de uma transformação social e política, fato que consolidou ainda mais a pobreza regional. Sobre esses aspectos, Andrade (1986) salienta que, de forma geral, apenas a mão de obra qualificada foi absorvida nesse processo industrial, o que acentuou os processos migratórios da população rural local nos anos de 1960 e 1970 e sua consequente marginalização no espaço urbano.

Ademais a implementação de indústrias sem estudos prévios e com uma pequena

dispersão geográfica proporcionou a concentração industrial em áreas com mais infraestrutura de vias e transportes, acentuando os desníveis de desenvolvimento na própria região. Em relação a esse cenário Andrade (1985), aponta que “o importante não é crescer em termos numéricos, não é competir com outras regiões, mas realizar uma exploração dos recursos que dispõe, possibilitando à população da região uma certa estabilidade econômica e um mínimo de bem estar social” (p.29). Em completo acordo com isso relata ainda a necessidade da inserção da população nesse processo de desenvolvimento regional a partir de uma gestão mais democrática e participativa do território.

Para sintetizar essa discussão foi elaborado um quadro (Quadro 03) com a delimitação de cada período identificado:

Quadro 03: Períodos representativos do processo de territorialização do Nordeste, conforme Andrade (1973; 1985; 1993b; 2004)

Período	Duração	Principais processos
O período colonial	Século XVI a XVIII	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo mercantil; - Colonização; - Expropriação; - Escravidão; - Cana-de-açúcar.
A crise do sistema colonial	Final do século XVIII e início do século XIX	<ul style="list-style-type: none"> - Independência; - perda de hegemonia do NE; - abolicionismo; - assalariamento;
O processo de industrialização das estruturas produtivas	1930-1950	<ul style="list-style-type: none"> - Industrialização do sistema açucareiro; - Modernização; - Ligas camponesas;
Planejamento regional e a questão da SUDENE	A partir da década de 1950	<ul style="list-style-type: none"> - Órgãos de planejamento regional (DNOCS; GTDN; SUDENE) - Concentração industrial

Fonte: Autora, 2023. Com base nos resultados obtidos na pesquisa.

O estudo do Nordeste a partir da sua formação territorial auxilia na compreensão dos problemas estruturais dessa região, sejam esses de ordem econômica, política ou social. Pode-se perceber que a construção histórica do Nordeste está inserida em um processo de disputa constante entre diversos atores sociais pela hegemonia de determinado território.

4.3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A DISCUSSÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO NA ATUALIDADE E OS SEUS DIÁLOGOS COM MANUEL CORREIA DE ANDRADE

“Manuel Correia tinha também uma grande preocupação com a questão da estrutura agrária. Dizia que essa estrutura agrária concentrada é que atravancava todo o processo de desenvolvimento da região, gerando em função disso uma má distribuição de renda que refletiria e que reflete na qualidade de vida das pessoas. Então ele tinha uma ideia de mudança desse quadro e que essa mudança só poderia ser feita no momento em que se trabalhasse esse contexto agrário.”

(Trecho da entrevista realizada com a Profa. Dra Thais de Lourdes Correia de Andrade. Rocha e Gomes, 2022, p.6-7)

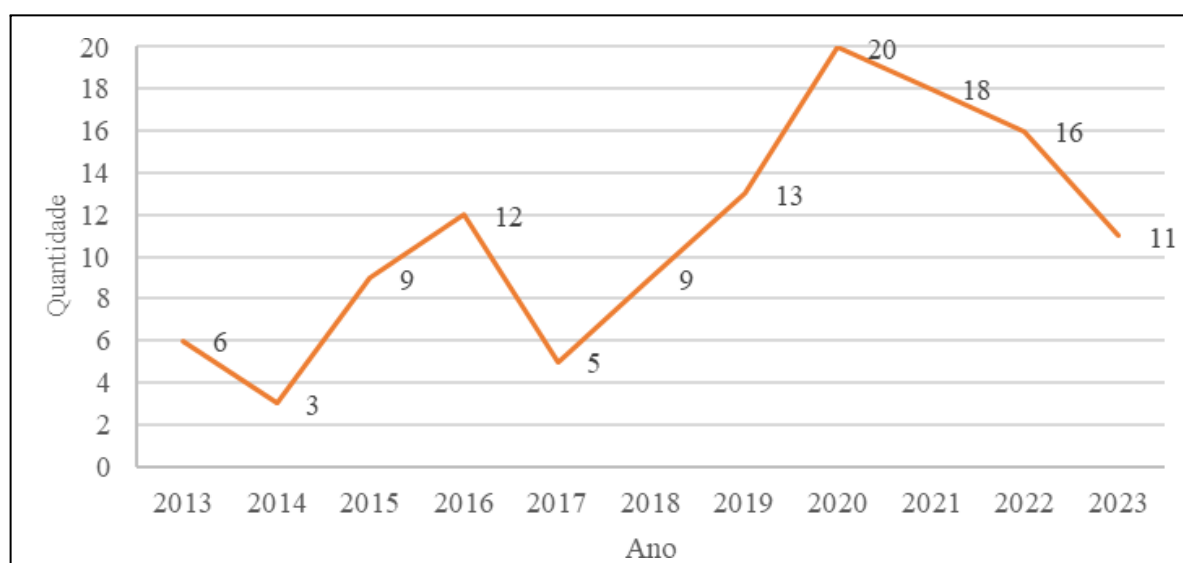
Neste capítulo, exploramos a transformação em curso das bases produtivas regionais do Nordeste, que enfrenta o avanço de grandes projetos de desenvolvimento. A partir dessa perspectiva, analisamos as ligações desse contexto com o Nordeste representado e denunciado por Manuel Correia de Andrade. Ao selecionar pesquisas acadêmicas sobre esse enfoque produzidas na última década, investigamos como os estudos atuais percebem e tratam a região Nordeste. Quais são os principais temas, desafios e perspectivas que emergem desses estudos? Como a visão de Andrade sobre o Nordeste dialoga com as atuais discussões acadêmicas e os desafios que a região enfrenta em termos de desenvolvimento, transformações sociais e territoriais?

4.3.1 Análise da produção científica referente a discussão territorial do Nordeste brasileiro na atualidade

A concepção de Manuel Correia de Andrade sobre o Nordeste como uma “região de contraste” ganha uma nova relevância à medida que testemunhamos um processo crescente de diferenciação territorial em tal região. Nesse contexto, a percepção de “Nordestes”, como destacado por Bacelar (1997), desempenha um papel central na análise dessas transformações em andamento. Isso ocorre à medida que novos subespaços dinâmicos emergem durante o processo de heterogeneização desta região e a modernização dos seus meios de produção, refletindo uma complexificação do espaço regional nordestino.

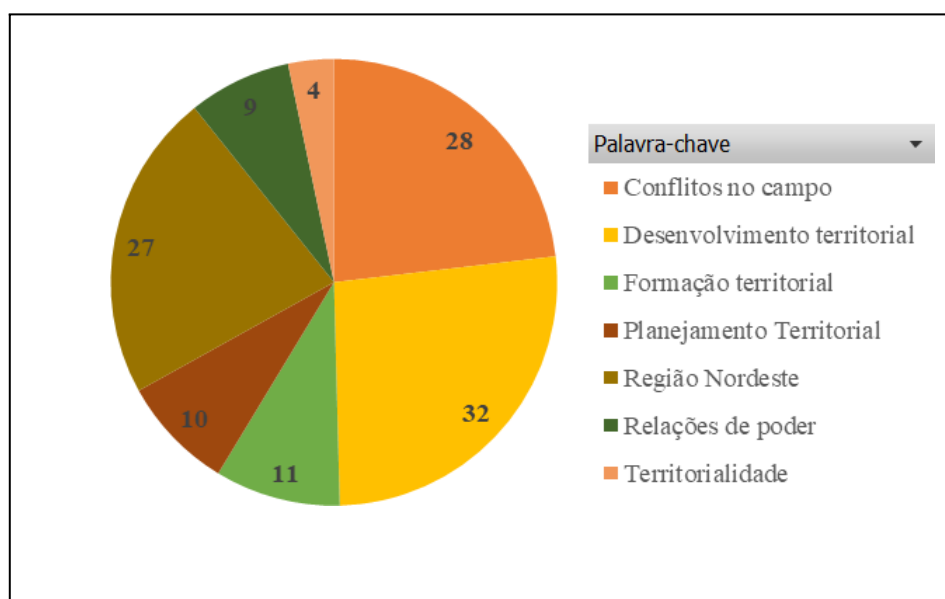
Dito isso, na pesquisa bibliométrica realizada tem-se alguns dados que podem estabelecer leituras gerais relevantes sobre esse processo destacando a presença de Manuel Correia nos estudos sobre a formação da região Nordeste e suas questões territoriais atuais, destacando eixos de análises e principais temáticas discutidas. Ao todo a partir da coleta dos artigos publicados na última década (2013-2023) sobre a temática abordada e com auxílio de palavras pré-organizadas, obteve-se o quantitativo total de 122 artigos, distribuídos temporalmente conforme o Gráfico 01:

Gráfico 01: Dimensão temporal do quantitativo de artigos publicados sobre a temática analisada entre 2013 e 2023



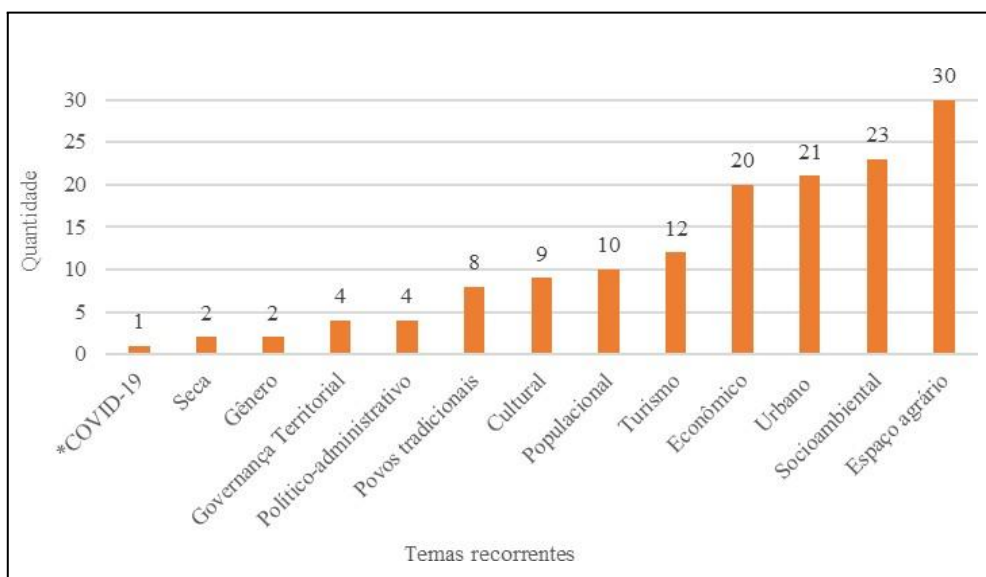
Fonte: Autora, 2023. Com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Nota-se que ocorreu uma maior produção de artigos no período delimitado de 2020 a 2022. Foram considerados na pesquisa artigos selecionados pelas seguintes palavras-chaves, respeitando-se o direcionamento proposto (formação territorial e questão territorial do Nordeste brasileiro): conflitos no campo, desenvolvimento territorial, formação territorial, planejamento territorial, região Nordeste, relações de poder, e territorialidade. Essas palavras foram escolhidas devido a sua pertinência para o tema da construção da região Nordeste, atrelado com o seu aspecto territorial conforme a abordagem crítica e historizada desenvolvida por Manuel Correia de Andrade. Dessa forma, como recurso para delimitar possíveis centralidades de discussões teórica, buscou-se identificar quantos artigos cada uma dessas palavras selecionou, sendo esse resultado expresso no Gráfico 02:

Gráfico 02: Panorama da quantidade artigos filtrados por palavra-chave utilizada

Fonte: Autora, 2023. Com base nos resultados obtidos na pesquisa.

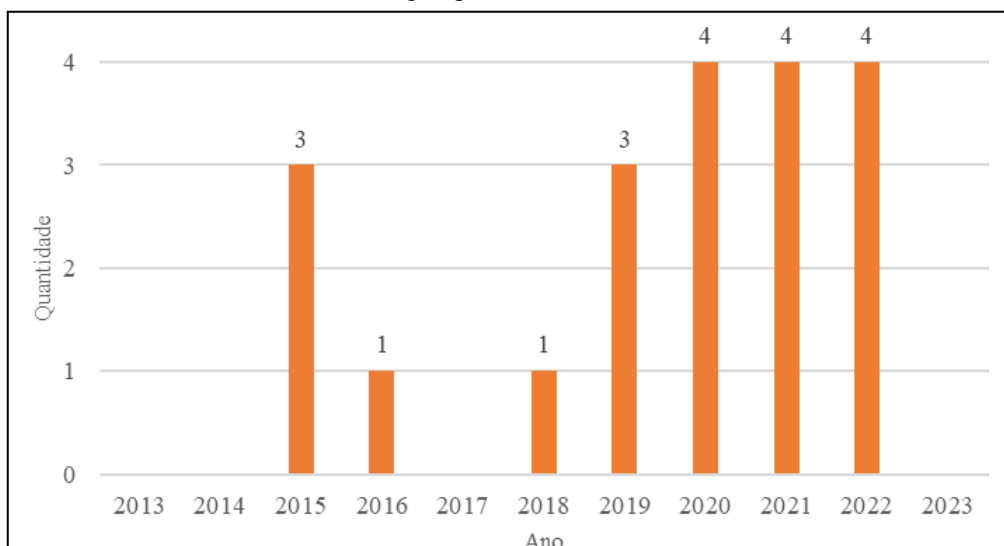
Dessa forma, desenvolvimento territorial foi associado a 32 artigos, conflitos no campo a 28, região Nordeste a 27, planejamento territorial a 10, formação territorial a 11, relações de poder a 9 e territorialidade a 4. Dentro desse recorte a partir de uma análise inicial de todos os artigos buscou-se delimitar os enfoques/as temáticas que esses desenvolveram em suas descrições tendo-se previamente direcionado 9 possíveis enfoques a partir dos estudos desenvolvidos por Manuel Correia de Andrade e das dinâmicas que modificaram o conjunto regional nordestino nas últimas décadas: COVID-19, seca, gênero; governança territorial; político-administrativo; povos tradicionais; cultural; populacional; turismo; econômico; urbano; socioambiental; espaço agrário. Destaca-se que 1 artigo pode ter mais de um enfoque como temática principal, por isso o número total apresentado na distribuição do Gráfico 03 não corresponde com o quantitativo dos artigos computados.

Gráfico 03: Principais temas pesquisados nos artigos selecionados

Fonte: Autora, 2023. Com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Observa-se que os artigos analisados se concentraram em quatro principais abordagens: espaço agrário, socioambiental, urbano e econômico. Esses são justamente os eixos que desempenham um papel central nas análises de Manuel Correia de Andrade sobre o Nordeste. A relação entre essas temáticas foi explorada considerando a reconfiguração do espaço, os conflitos territoriais relacionados ao uso de territórios específicos e seus recursos naturais, além do envolvimento de diversos atores sociais nesse processo. Esses atores vão desde grandes corporações e projetos de desenvolvimento do Estado até comunidades tradicionais, representadas por quilombolas, povos indígenas, comunidades geraizeiras e ribeirinhas.

A partir da confirmação da similaridade dos enfoques trabalhados nessas pesquisas com as temáticas desenvolvidas por Manuel Correia de Andrade é importante destacar se esse autor esteve presente diretamente nesses estudos empreendidos sobre o Nordeste brasileiro, conforme pode-se observar no Gráfico 04:

Gráfico 04: Quantidade de artigos que citam obras de Manuel Correia de Andrade

Fonte: Autora, 2023. Com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Ao total 20 artigos citaram obras de Manuel Correia de Andrade, concentrando-se em temáticas sobre a formação territorial e a regionalização do Nordeste, com destaque para os aspectos relacionados ao espaço agrário nordestino e as relações de exploração no campo. A diversidade de obras foi relevante sendo 17 livros e 3 artigos citados (Quadro 04).

Quadro 04: Relação das obras de Manuel Correia de Andrade citadas nos artigos selecionados

Obras citadas de MCA	Tipo	Nº de citações
A questão agrária no Brasil.	Livro	1
Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local.	Artigo	1
Cidade e campo no Brasil.	Livro	1
O Nordeste e a questão regional.	Livro	3
O caso do Nordeste Brasileiro.	Livro	2
A terra e o homem no Nordeste.	Livro	10
A questão do território no Brasil.	Livro	3
A seca: realidade e mito.	Livro	1
Agricultura e Capitalismo.	Livro	1
Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina.	Livro	1
Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina.	Livro	3
A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social.	Livro	2
Nordeste: alternativas da agricultura.	Livro	1
Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil.	Livro	1
Mineração no Nordeste: depoimentos e experiências.	Livro	1
Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental—os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel.	Livro	1
Paisagens e problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico.	Livro	1
Poder político e produção do espaço.	Livro	2
O pensamento geográfico e a realidade brasileira.	Artigo	1
A produção do espaço Norte-rio-grandense.	Artigo	2
TOTAL = 39		

Fonte: Autora, 2023. Com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Os 20 artigos que fazem referência a obras de Manuel Correia de Andrade tiveram como principais palavras-chaves: região Nordeste; desenvolvimento territorial; relações de poder e formação territorial, já no âmbito das temáticas o maior destaque foram as discussões referentes ao espaço agrário. Ao total, esse conjunto de obras foram citadas 39 vezes.

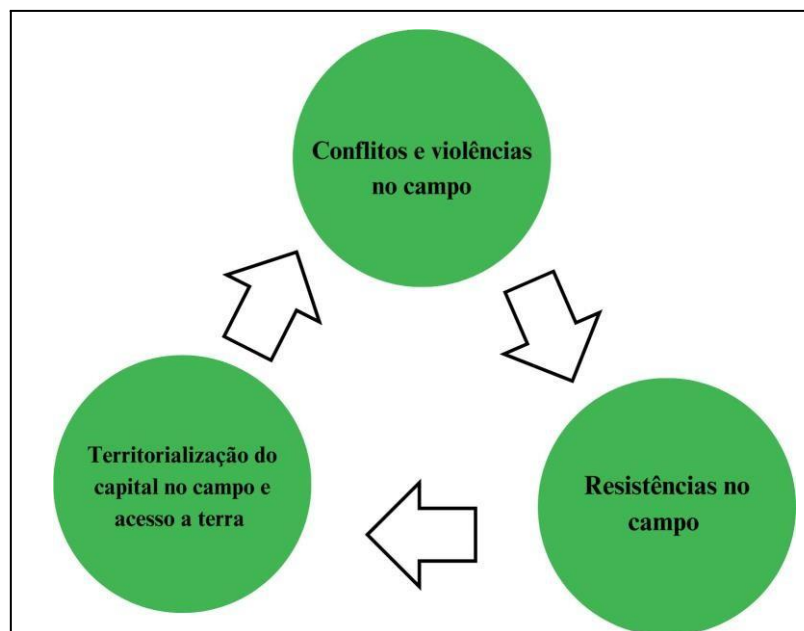
4.3.2 Discussões sobre a Região Nordeste hoje: Alguns diálogos com Manuel Correia de Andrade

A obra de Manuel Correia de Andrade emerge como uma das mais relevantes quando se trata de analisar e problematizar as questões regionais, socioeconômicas e agrárias do Nordeste brasileiro. Sua principal obra, "A Terra e o Homem no Nordeste", completou em 2023, 63 anos desde sua primeira publicação e mantém uma relevância marcante ao examinarmos o cenário das disputas territoriais da região Nordeste. Essa perspectiva torna-se mais evidente quando se considera questões como o acesso à terra e a exploração da força de trabalho.

Nos últimos anos essa região passou por diversas mudanças e permanências nas estruturas de dominação e apropriação territorial. Assim, como se manifestam os conflitos no campo nesse contexto? Quais os processos territoriais em curso? Qual é a atualidade das discussões promovidas por MCA?

Para tanto, foram separados alguns artigos da pesquisa bibliométrica visando uma análise mais direcionada, com o objetivo de identificar as perspectivas de análise e as abordagens dos autores em relação ao Nordeste, bem como sua conexão com as proposições críticas de Manuel Correia de Andrade. Esses artigos foram selecionados pensando em três eixos gerais que convergem com os processos estudados por MCA sobre a formação e os processos territoriais do Nordeste: Conflitos e violência no campo, territorialização do capital no campo e acesso à terra e resistências no campo (Figura 05).

Figura 05: Quadro esquemático com os eixos de análises mais preponderantes nos artigos selecionados



Fonte: Autora, 2023

Sob o eixo dos conflitos e violência no campo, os pesquisadores têm se aprofundado em questões que abordam as tensões socioambientais, os conflitos territoriais e as injustiças vivenciadas pelas comunidades rurais e tradicionais. Dois artigos que trataram dessas temáticas centralmente foram: "Injustiça e Conflitos Ambientais: a situação vivida pelas comunidades Geraizeiras de Formosa do Rio Preto-BA" (Santos, Souza, 2023) e "Apropriação capitalista da agropecuária e conflitos socioespaciais no Ceará" (Mourão, Leitão e Santos, 2021).

Santos e Souza (2023), destacam como a expansão da fronteira agrícola nas regiões do Cerrado, onde as forças produtivas do agronegócio exercem forte domínio, está proporcionando um intenso processo de aquisição de terras para a produção de produtos agrícolas em larga escala. As terras de algumas comunidades tradicionais, como dos geraizeiros, estão sendo absorvidas pelos grandes latifúndios a partir de práticas como a grilagem.

Os geraizeiros constituem comunidades tradicionais de agricultores que residem na zona de transição entre o Cerrado e a Caatinga, estabelecendo-se em áreas de encostas e vales no norte de Minas Gerais e no oeste da Bahia. No município de Formosa do Rio Preto (BA) grandes propriedades agrícolas voltadas para a produção de commodities agrícolas têm

ampliado seus limites sobre os territórios ancestrais dessas comunidades e controlado o seu uso e acesso. Segundo, Santos e Souza (2023), essa expansão sobre os territórios geraizeiros resulta em injustiças ambientais, já que as comunidades geraizeiras mantêm um estilo de vida ancestral, com profundos laços com seus territórios e ambientes, dependendo dos recursos naturais para sustentar tanto suas necessidades materiais quanto simbólicas.

Sobre esse aspecto, em consonância com Feliciano (2016), entende-se que os territórios dos povos do campo (comunidades quilombolas, povos indígenas, camponeses etc) passam por um processo estrutural de espoliação sistemática das suas terras. Germani (2006) reflete, na sua análise histórica sobre o acesso à terra no Brasil, que as relações de poder ao longo do tempo foram conformando a organização e apropriação do espaço rural. Tal processo se estabeleceu com o auxílio do poder político que através da sua estrutura estatal possibilitou a formação de oligarquias regionais desde o sistema de sesmarias, implantado na colonização, até os dias atuais com as dinâmicas de incentivo ao Agronegócio.

Porto-Gonçalves e Cuin (2013) enfatizam que o desenvolvimento contraditório do espaço agrário no Brasil tem sido marcado por relações sociais e de poder permeadas pela violência, tendo como ponto central a histórica concentração fundiária. Os autores salientam que "o conflito é a manifestação prática das contradições sociais, a contradição em ação" (Porto-Gonçalves, Cuin, 2013, p.243). Assim, cada conflito tem sua localização específica no espaço e no tempo, o que nos possibilita identificar o movimento contraditório e desigual da sociedade no âmbito geográfico.

Nesse cenário, a terra, sendo um recurso essencial para a existência humana e para a produção/reprodução da vida, torna-se uma questão vital. Ou seja, o território é onde se manifestam as contradições históricas e as lógicas das relações de poder, é o cenário do conflito e, ao mesmo tempo, o cenário das ações de re-existências (Porto-Gonçalves, Cuin, 2013). Com isso, o acesso e controle do território, portanto, torna-se crucial, especialmente em uma fase de acumulação baseada na espoliação, que busca o domínio territorial sobre comunidades tradicionais.

É importante destacar que o cenário atual no campo brasileiro é caracterizado pela violência associada ao latifúndio e a outras atividades econômicas, como a mineração, o garimpo e os grandes projetos de desenvolvimento envolvendo recursos naturais e energéticos. Observando o relatório sobre Conflitos no Campo no Brasil 2022, organizado pela CPT, é possível notar um aumento na ocorrência de conflitos por terras em todas as regiões do Brasil, com destaque para o Norte e o Nordeste, que apresentaram os maiores números (Tabela 1).

Tabela 1: Ocorrência de conflitos por Terra-regiões

REGIÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Cento-Oeste	160	118	170	160	115	101	163	304	177	278	1746
Nordeste	384	358	341	438	429	461	479	486	392	496	4264
Norte	339	306	394	590	454	417	521	679	529	626	4855
Suldeste	139	198	124	128	162	145	98	102	196	94	1386
Sul	45	93	64	56	83	60	98	94	53	78	724
Total	1067	1073	1093	1327	1243	1184	1359	1665	1347	1572	12975

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2023).
Organização: Julianna Malerba (2023)

Dando seguimento a esse eixo, Mourão, Leitão e Santos, (2021) pontuam os impactos socioespaciais advindos da aliança entre o Estado e o setor empresarial, que incluem mecanismos como: expropriação de terras, o uso inadequado do solo e alterações nos métodos de captação e utilização da água na produção agrícola, etc. Os autores buscam em sua análise identificar os processos subjacentes à estrutura agrária no Ceará, com foco nas políticas públicas relacionadas ao setor hídrico, pontuando aspectos socioespaciais em curso, voltada para a expansão do agronegócio na microrregião do Baixo Jaguaribe, com ênfase no território de Lagoa dos Cavalos, onde se encontra o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

O projeto de irrigação Tabuleiros de Russas, desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) nas regiões de Morada Nova, Russas e Limoeiro do Norte, no estado do Ceará, expandiu consideravelmente sua área de hidroagrícola, praticamente triplicando-a em relação ao ano de 2010 (DNOCS, 2021). O Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas foi desenvolvido em dois momentos entre os anos de 1988 e 2008, na região do Baixo Vale do Jaguaribe (CE). Esse projeto representou a concretização de estudos e planos de intervenção que estão alinhados com a política de desenvolvimento do país a partir de incentivos à modernização agrícola. Esse processo desemboca em impactos significativos no espaço agrário brasileiro, resultando em um período de intensas contradições e desigualdades que têm gerado conflitos socioambientais sobre o uso de territórios e recursos hídricos.

Referente a essa temática Bonfim (2023) ao falar sobre os processos integrantes dos conflitos por água, salienta:

A apropriação das águas envolve a privação de atores locais que anteriormente usavam e geriam a água, gerando exclusão e a desconstituição de uma ideia de bem comum. Esses processos são necessariamente mediados por interesses econômicos, disputas e relações de poder, fortalecem a ideia da privatização como principal meio de gestão e racionalização dos chamados recursos hídricos e se inserem em uma lógica de desenvolvimento que tem como base o mercado das águas (Bonfim, 2023, p.128)

Aliado a isso tem-se um aumento do consumo de água por meio da agricultura irrigada, e a constatação de que o Brasil possui uma das maiores áreas equipadas para irrigação do mundo. Essas obras hídricas têm complexificado, por sua vez, a questão agrária brasileira, que historicamente é margeada por uma estrutura fundiária concentrada e por elevados índices de violência no campo (Brito, 2016).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023) destaca na metodologia dos seus cadernos de conflitos a seguinte definição para conflitos pela água da seguinte forma:

São ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados. Envolve ainda a luta dos povos e comunidades frente à mineração. (CPT, 2022, p.12).

Diante desse cenário de conflitos e disparidades sociais, Andrade (1973) refletiu e difundiu a situação agrária como uma das mais urgentes, pois a concentração de terras estruturava a lógica da desigualdade e desmandos sociais. Para mudar esse sistema deveria ser posta em prática uma reforma agrária que respeitasse as diversidades regionais e modificasse as estruturas sociais. Esse processo é importante no sentido de regulamentação das terras das comunidades rurais, ainda mais em um contexto onde os conflitos por água estão intrinsecamente ligados aos conflitos territoriais, conforme Bonfim (2023).

Para Mourão, Leitão e Santos, (2021) os perímetros irrigados representam marcos da modernização agrícola e são utilizados pelo Estado para alcançar seus objetivos nas políticas de irrigação sobre um discurso de melhoramento técnico e produtivo. Contudo, nota-se que esse cenário apresenta um conjunto de contradições no seu processo de implantação seja pelos impactos socioambientais ou pelo processo de espoliação dos territórios nos quais está inserido para a expansão da fronteira agrícola no semiárido brasileiro. No caso do projeto de irrigação Tabuleiro de Russas esse impactou 30 comunidades rurais, que eram compostas por 849 famílias. Diante desses desafios, os agricultores locais estão promovendo práticas de resistência através de iniciativas agroecológicas que visam a coexistência sustentável com o semiárido, enfatizando a relevância da ação consciente para preservar o equilíbrio ambiental

No que diz respeito à territorialização do capital no campo e acesso à terra, os estudos examinam as dinâmicas de apropriação de terras por parte do agronegócio e das empresas agrícolas. Os artigos que sintetizam essa abordagem são: “Agronegócio da fruticultura e da soja: a territorialização de empresas agrícolas nos cerrados e vales úmidos do Nordeste” (Chaves, Santos, 2021) e “Agronegócio e a Uberização no Campo: A Realidade em Petrolina-PE – Brasil” (Teles, Souza, 2023), abordam a territorialização do capital, as mudanças nas estruturas de propriedade da terra, das políticas de desenvolvimento territorial e de um processo de modernização agrícola.

Sobre esse aspecto ao comentar sobre o sentido da evolução no espaço agrário brasileiro Andrade (2002, p 12) destaca que:

Da mesma forma que no século XIX procurava-se enaltecer o progresso, afirmando que este resolveria todas as pendências, sofisticando a civilização, no fim do século XX procura-se edificar a tecnologia em função do que chamam de modernidade, já se falando até em pós-modernidade. E a modernidade e o moderno são confundidos com a perfeição e o bem estar e apontados como o resultado do crescimento do uso de técnicas e de inovações (Andrade, 2002, p.12).

Em correlação com esse posicionamento, Teles e Souza (2023), destacam que a modernização da agricultura desempenhou um papel fundamental no avanço das fronteiras agrícolas, sendo associada à Revolução Verde período de implementação de tecnologias e práticas industriais no campo, que ganhou destaque na década de 1950. Esse processo possibilitou e continua a possibilitar uma série de transformações no cenário rural brasileiro que segundo os autores está resultando na crescente adoção do modelo de economia agrícola sob o paradigma da uberização.

Segundo Teles e Souza (2023, p.51) “O avanço do capital no campo tem se enfatizado por meio da uberização, entendido como um processo de desregulamentação do trabalho que, no campo, mercantiliza o espaço rural por meio de serviços de plataformas”. A uberização no campo se baseia na captação de informações sobre terras para a posterior comercialização desses dados para grandes empresas do setor do agronegócio e na pesquisa em questão está sendo usada com prática no desenvolvimento do monocultivo na região de Petrolina (PE). Um diálogo com essa prerrogativa se estabelece com Andrade (1978) onde analisa-se as formas de produção dominantes na agricultura brasileira, influenciados pelo processo de colonização e pelo avanço do capital no campo. Essas estruturas afetaram o modo de vida do campesinato e as relações de trabalho no campo.

Dentro desse contexto de modernização e industrialização das relações produtivas do espaço agrário nordestino, Chaves e Santos (2021), destacam que em 1990, observou-se a

modernização da produção de grãos nos cerrados do Nordeste, com destaque para o oeste baiano. Além do que grandes empresas agrícolas, tanto nacionais quanto multinacionais, passaram a ocupar áreas nos municípios produtores de frutas do Nordeste, inseridos no Ceará e no Rio Grande do Norte. Esse processo, causou novas dinâmicas socioespaciais relacionadas ao agronegócio na região, bem como contribuíram para o agravamento das desigualdades socioespaciais e diminuição significativa das agroindústrias de capital local. Esse processo abriu caminho para a entrada do capital monopolista e para a predominância de empresas agrícolas com uma sólida base tecnológica e financeira.

Em consonância com isso se tem o processo de modernização das estruturas agrícolas por meio do avanço do capital, que como apontado nas discussões de Manuel Correia de Andrade, trouxe para o espaço agrário aspectos relacionados com a mecanização das etapas produtivas, o aumento da concentração de terras, a expropriação de famílias camponesas, a exploração da natureza e o agravamento de impactos ambientais. Nesse cenário a figura do Agronegócio emerge no discurso desenvolvimentista como um caminho para suprir a demanda alimentícia e a produtividade no campo, com evidente apoio das forças políticas do Estado (Campos; Campos; Castilhos, 2017).

Em relação ao acesso à terra, Andrade (1981) comparou dados do Censo Agropecuário de 1967, 1972 e 1976, identificando poucas modificações na representação das áreas ocupadas pelas propriedades rurais. Os latifúndios, embora em número menor, ainda ocupavam três vezes mais área do que as pequenas propriedades. Além disso, Andrade (1979) destacou que as políticas públicas destinadas à agricultura, embora importantes, muitas vezes prejudicavam os pequenos produtores devido à distribuição desigual dos investimentos. Essas políticas priorizavam a agricultura de exportação em detrimento da agricultura familiar. Para Oliveira (2007), essa constante industrialização do campo acarretou na transformação das relações produtivas na agricultura, modificando assim as dinâmicas socioeconômicas e políticas desse espaço.

Arelado a isso os dados do último censo agropecuário realizado em 2017, houve um aumento na concentração de terras no Brasil em comparação com o censo anterior de 2006. Embora 77% dos estabelecimentos agropecuários (cerca de 3,9 milhões) tenham sido classificados como pertencentes à Agricultura Familiar, eles correspondem apenas a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2023). Esse cenário continua sendo emblemático e se manifesta em conflitos no campo e contra os povos rurais.

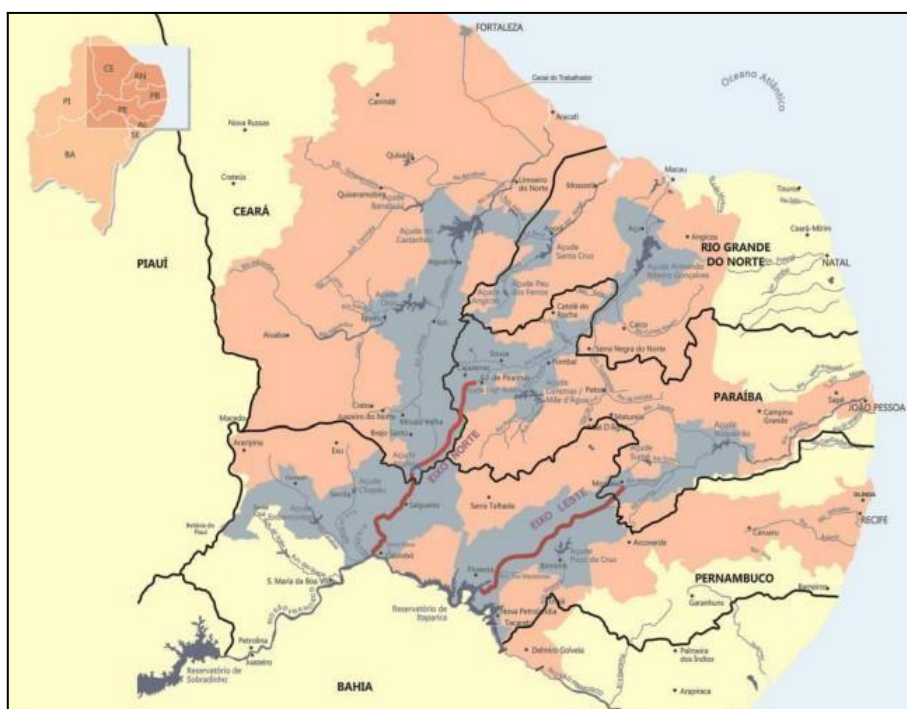
Por fim, a resistência no campo é um eixo temático fundamental, que foi apresentada em "A reterritorialização e a luta pela água dos atingidos pela transposição do rio São

Francisco no Nordeste brasileiro” (Santos, Pedrozo e Ioris, 2022) e em “Resistência nas chapadas do Baixo Parnaíba: conflitos de lógicas entre a silvicultura e os camponeses do povoado Todos os Santos em Urbano Santos – Maranhão” (Botelho e Alencar, 2019). Esses artigos exploram a resistência de comunidades locais diante das transformações territoriais e socioambientais impostas por projetos de desenvolvimento e pela modernização agrícola, destacando a importância da manutenção de modos de vida tradicionais no campo.

Santos, Pedrozo e Ioris (2022), destacam em seu estudo as consequências da implantação do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF). Esse empreendimento produziu a desterritorialização de várias pessoas, incluindo comunidades rurais. Os autores apresentaram resultados que revelam as dificuldades enfrentadas pelas famílias durante o processo de reterritorialização em outros espaços e destacam as questões de injustiça e conflitos ambientais. A partir da dinamização das obras do PISF, segundo os autores, evidenciou-se que ao invés da ampliação e democratização do acesso a água na região o que se destacou foram os conflitos por água.

O Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) é composto em sua estrutura por dois eixos distintos: o Norte tem 260 km de extensão e alcança cidades dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e o Leste que possui 217 km e atinge municípios de Pernambuco e Paraíba (BNDES) (Figura 06).

Figura 06: Mapa de localização do PISF.



Fonte: Ministério da Integração Nacional (2018).

Em relação a esse assunto, Martins (2020), aponta que a elaboração e implementação de políticas públicas no campo dos recursos hídricos ainda é caracterizada por uma abordagem vertical, limitando a efetiva participação da população no planejamento, controle social e avaliação das estratégias adotadas.

Algumas consequências dessa operação, como indicado por Santos, Pedrozo e Ioris (2022), são o aumento dos conflitos territoriais, das desapropriações compulsórias e de processos de territorialização da população local, para tanto se utiliza, com o apoio do poder político estatal, a premissa de enfrentamento e amenização da problemática das secas da região e a crise hídrica. Com isso, se construiu um processo de desterritorialização dos povos situados nessa área (hidroterritórios) em prol de um projeto de progresso e desenvolvimento coletivo, ignorando nessa perspectiva a representatividade material e imaterial dos seus territórios (Saquet, 2010). Contudo, dialeticamente nesse processo de apropriação e dominação do território, ocorrem dinâmicas de resistência pelos sujeitos afetados por essas ações.

Com isso, inseridas nesse, passam por um processo de desterritorialização, ao mesmo tempo que resistem a esse processo buscando reaver as suas identidades se (re)territorializando (Haesbaert, 2007). Por isso, Santos, Pedrozo e Ioris (2022), identificam o poder associativo dessas comunidades como importante na construção de um processo organizativo contra as iniciativas impostas em projetos hegemônicos de desenvolvimento que ampliam desigualdades sociais.

Em entrevista a Leite (2000) Manuel Correia demonstrou a sua posição contrária à transposição do Rio São Francisco, seja pela questão da viabilidade técnica e econômica, seja pelas dimensões dos impactos socioambientais. Nos seus estudos Andrade (1986) destacou a política de combate às secas que se empreendeu em torno do Nordeste brasileiro, ganhado força a partir de 1940-1950, e a vinculação dos problemas regionais a esse fenômeno climático. Sobre a essa questão salienta que:

Ao iniciar-se a década de cinquenta havia um forte interesse do governo federal de modernizar o Sertão, através da reorganização da agricultura no vale do São Francisco, da construção de grandes barragens para produção de energia hidrelétrica e da exploração de recursos minerais. A Constituição de 1946 previa a destinação de 1% da renda do país na recuperação do vale do São Francisco que em 1967 foi transformada em Superintendência do Vale do São Francisco e em 1975 na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), procurando dar um caráter mais capitalista ao empreendimento (Andrade, 1986, p.127)

Complementando a sua análise, Andrade (1986b) destaca que a indústria da seca, que cooptava os investimentos regionais das obras hídricas aos interesses das oligarquias locais, não acabou com os projetos de desenvolvimento empreendidos em 1950, pelo contrário se amplia e se mantém fortalecida. Reafirma que os recursos públicos e as políticas de desenvolvimento social devem ser aplicados em favor da população em geral e não para o beneficiamento de determinados grupos econômicos. Andrade (1973), indica que para a reivindicação de direitos e a melhoria no espaço agrário é preciso que ocorra a articulação de alguns mecanismos, sendo um desses o cooperativismo e o associativismo entre os camponeses construindo-se assim um embate contra as forças hegemônicas que tensionam esses espaços.

Enquanto isso, Botelho e Alencar (2019) fazem uma análise da expansão agrícola decorrente da monocultura de Eucalipto na região do Baixo Parnaíba-Maranhão, impulsionado por uma série de ações tanto do setor público quanto do setor privado, voltadas para a exportação de commodities. Os autores destacam os impactos desse processo para as comunidades rurais locais que tiveram a sua reprodução social e material afetada devido a restrições impostas ao uso da terra e aos danos socioambientais que alteram as dinâmicas locais. Algumas das atividades prejudicadas foram o uso coletivo dos sistemas florestais por meio do extrativismo do Babaçu que foi quantitativamente diminuído pelo desmatamento, a pesca e a agricultura de roçado e a pecuária extensiva devido a não disponibilidade de terras. Como resultado, desse cenário os trabalhadores rurais locais, foram privados do uso da terra, sendo por isso obrigados a vender sua força de trabalho às empresas dedicadas à silvicultura ou migrarem para os núcleos urbanos adjacentes.

Os autores pontuam também que essa modificação nas relações de produção e acesso à terra foi representada pela entrada de capital, tanto nacional quanto estrangeiro, no setor do agronegócio, permitindo a especulação do mercado de terras e a rápida disseminação da agricultura moderna. Contudo, como resultante desse quadro, emerge o conflito pelas distintas lógicas de usufruto e apropriação do território dos camponeses, que oferecem resistência frente à territorialidade do agronegócio, em face das profundas alterações no seu modo de vida.

Sobre esses aspectos, Andrade (1979) destacou também que, a partir do século XX, a agricultura passou a ser vista como um ponto importante para a economia nacional, devendo atender às demandas do mercado externo. Para tanto foi incentivada a produção exponencial das *commodities* que fortaleceu o incentivo público desigual no campo. Esse cenário seria

então a consolidação de um modelo agrícola colonial de benefícios aos grandes proprietários de terra e a uma burguesia agroexportadora.

No que se refere a esse cenário, Andrade (1979) destacou ainda a importância de garantir a produção de alimentos para atender à crescente população brasileira, sem depender apenas da expansão das áreas cultivadas. Em sua visão, esse desafio está intrinsecamente ligado à questão da desigualdade no campo, que exigia uma solução, sendo a Reforma Agrária uma das abordagens para enfrentá-la. Entretanto, o que ocorreu foi uma crescente tendência de empresarialização da agricultura. Nesse processo, as atividades agrícolas tradicionais de subsistência foram muitas vezes classificadas como pré-capitalistas e obsoletas em comparação com as novas técnicas introduzidas pela industrialização da produção agrícola. Isso levou a uma percepção de que tais práticas representavam um obstáculo à modernização rural e ao desenvolvimento nacional.

Shiva (2003), apresenta em suas considerações, que foi implementada nessa agricultura industrial uma fragmentação entre o ser humano e a natureza, argumentando para tanto que a mentalidade ocidental moderna tem sido dominada por uma visão monocultural que valoriza a uniformidade e a homogeneização em detrimento da diversidade. Essa mentalidade tem levado ao crescimento das monoculturas agrícolas e à perda de variedade de plantas e alimentos, assim como à destruição de culturas e modos de vida tradicionais. Esse contexto é interpretado por Feliciano (2016) como a necessidade do apagamento de um modo de vida/bem estar com a natureza dos povos do campo para perpetuar a lógica de reprodução das estruturas coloniais.

À medida que a industrialização e a empresarialização transformaram o cenário agrário do Nordeste, novos atores sociais e dinâmicas emergiram, resultando em conflitos territoriais e na sistemática espoliação das terras de comunidades rurais, indígenas, quilombolas, pesqueiras e geraizeiras etc. Sobre esse aspecto as percepções de Manuel Correia de Andrade se mostram atuais, dialogando com esses processos e servindo de base para compreendê-los, bem como reafirmam que a modernização nessa região proporcionou o avanço das relações capitalistas contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais no espaço agrário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Correia de Andrade demonstrou que o Nordeste não era uma região homogênea, tendo dentro do seu território a intercalação de sub-regiões diversas que possuíam formas de ocupação e relações socioeconômicas singulares. Diante do contexto conflituoso e desigual da formação territorial do Nordeste, o autor pregava uma Geografia de cunho político e social que não naturalizasse os dilemas de ordens sociais do Nordeste brasileiro. Assim, buscou fazer uma análise dos problemas estruturais do Nordeste formados durante o seu processo de territorialização, pois assim seria possível compreender as dinâmicas internas dessa região e buscar mecanismos efetivos para solucioná-las. Com isso, refletia que planejamentos e intervenções de políticas públicas poderiam ser aplicados de forma mais eficiente nessa região se estivessem voltados na prática para a resolução desses problemas.

Somando-se a isso nota-se uma constante nos períodos históricos trabalhados nas obras de Andrade (1973; 1985; 1988; 2004): a interferência do poder político em prol de grupos hegemônicos desde o período colonial até os tempos contemporâneos. Desse modo, a exploração do território nordestino continuou e continua se reproduzindo histórica e espacialmente desde o período de colonização até a estruturação de órgãos de planejamento regional, como a SUDENE.

Destaca-se ainda que as modificações industriais que ocorreram ao longo dessas épocas não trouxeram consigo o desenvolvimento social, mas sim o crescimento econômico que ficou restrito a um recorte populacional, fator que se reflete também no processo de concentração de terras.

Manuel Correia de Andrade produziu ao longo da sua trajetória acadêmica um pensamento geográfico crítico preocupado com as causas sociais, políticas e econômicas da Região Nordeste. Com destaque para categorias como a questão agrária, o subdesenvolvimento regional e a interferência política no espaço nordestino. Somando-se a esses aspectos, também trouxe para a discussão acadêmica da Geografia problemas sociais antes não representados, como as questões trabalhistas camponesas, os conflitos por terra e o modo de produção capitalista na questão agrária do Nordeste brasileiro.

Contudo, atualmente pode-se identificar que um quadro de reconfiguração industrial e econômica pelo qual passou a região Nordeste nas últimas décadas do século XX esteve inserido no contexto da revolução tecnocientífica, que trouxe consigo novas dinâmicas espaço-temporais. Assim, apoiado por iniciativas do Estado brasileiro ocorreu um processo

de integração econômica do Nordeste ao cenário nacional, com forte influência do capital monopolista.

Essa integração econômica também coincidiu com uma reformulação do poder relacionado ao latifúndio, caracterizada por uma modernização conservadora das estruturas produtivas na região. Esse processo de transformação representou uma mudança nas dinâmicas socioeconômicas da região Nordeste. Nesse contexto de crescentes diferenciações territoriais, observamos, conforme apontado por Andrade (2002), a coexistência de estruturas e dinâmicas modernas juntamente com áreas e segmentos econômicos tradicionais. Essa coexistência reflete a complexidade das transformações que a região Nordeste experimentou durante esse período de reconfiguração econômica e industrial.

Destaca-se ainda que, diante de um modelo de agricultura industrial rentista e hegemônico no espaço agrário brasileiro e a crescente concentração de terra, a questão agrária continua sendo uma temática de extrema relevância para a compreensão do Brasil e desempenha um papel primordial em seu desenvolvimento social e econômico. Esta questão transcende as fronteiras do debate acadêmico e se manifesta de forma contundente na realidade do Nordeste, onde os conflitos territoriais têm atingido comunidades camponesas e tradicionais de maneira intensa.

Esses conflitos são frequentemente desencadeados pela expropriação e exploração dos recursos naturais desses territórios, muitas vezes com o apoio do Estado em cooperação com o setor privado para o avanço do agronegócio e de projetos desenvolvimentistas nessas comunidades. É nesse contexto que as bases teóricas e históricas presentes no pensamento de Manuel Correia de Andrade ganham uma importância ainda maior. As ideias e análises de Andrade fornecem um arcabouço crítico e profundo para a discussão desses embates na região Nordeste.

O pensamento de Manuel Correia de Andrade lança luz sobre a complexidade do processo de formação territorial do Nordeste, destacando como as desigualdades regionais vêm se ampliando ao longo do tempo. Suas análises críticas das relações de produção, do poder político e das estruturas sociais continuam a ser instrumentos valiosos para a compreensão dos desafios enfrentados nessa nova configuração regional, na qual as dinâmicas monopolistas do capital se expandem sobre o controle territorial no espaço nordestino, abrangendo suas diversidades regionais e explorando os seus recursos naturais.

A contribuição de Manuel Correia de Andrade para o entendimento desse processo é essencial, pois suas obras, de forma inovadora para o período, discutiram e refletiram os dilemas da região Nordeste de forma crítica e dialética. A produção científica desse autor

auxilia, assim, em uma melhor compreensão da análise geográfica, histórica e crítica das problemáticas sociais dessa região, permitindo uma perspectiva múltipla sobre as questões que envolvem a expansão do capital e suas implicações territoriais no Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2011

ANDRADE, Manuel Correia. Considerações sobre a metodologia para a aplicação da teoria dos pólos de desenvolvimento aos países do terceiro mundo: uma experiência no nordeste do Brasil. **Revista Mexicana de Sociologia**, p. 5-26, 1970.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia, região e desenvolvimento**. Recife: Editora UFPE, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia. **Poder político e produção do espaço**. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia. **O Caso do Nordeste brasileiro**. 1º edição. Editora ASA Pernambuco - 1985.

ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Ática, 1986a.

ANDRADE, Manuel Correia de. A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. **Revista de economia política**, v. 6, n. 4, p. 125-130, 1986b.

ANDRADE, Manuel Correia. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo, Atlas, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia. **Geopolítica do Brasil**. Editora Ática, 1993a

ANDRADE, Manuel Correia. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993b

ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. Território: globalização e fragmentação, v. 4, p. 213-220, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **Espaço e Tempo**, n. 12, p. 11-9, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo:Hucitec, 2004.

ANDRADE, M. C. A Geografia no Contexto das Ciências Sociais em Pernambuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - RBCS Vol. 22 n° 65, 2007.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de (Org.) BERNARDES, Denis: FERNANDES, Eliane Moury. **O fio e a trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade**. Recife: UFPE. Ed. Universitária, 2002.

BACELAR, Tânia. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997.

BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento. **PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-em-andamento/pisf>. Acesso em: 16 de Julho de 2023.

BONFIM, Joice Silva. Privatização das águas, produção da escassez e violência: intensificação e agravamento dos conflitos por água. IN: **Conflitos campo Brasil 2022 /Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**. Goiânia - CPT Nacional, 2023.

BOTELHO, Adielson Correia; ALENCAR, Francisco Amaro. Resistência nas chapadas do Baixo Parnaíba: conflitos de lógicas entre a silvicultura e os camponeses do povoado Todos os Santos em Urbano Santos—Maranhão. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 550-572, 2019.

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. Transformações territoriais no Cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixo das Palmeiras, Crato/CE. 2016. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares; CASTILHOS, Clarisse Chiappini. (2017). Estado e agronegócio no Brasil uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio. In: MEDEIROS, R.M.V; CASTILHOS, C. C. **Dinâmicas do espaço agrário: Velhos e novos territórios**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

CASTRO, Iná Elias. **Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste**. 2001.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo; SANTOS, Camila Dutra. Agronegócio da fruticultura e da soja: a territorialização de empresas agrícolas nos cerrados e vales úmidos do nordeste brasileiro. **Revista GeoUECE**, v. 2, n. 3, p. 118-141, 2013.

Conflitos campo Brasil 2022 /Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia - CPT Nacional, 2023. 224 p.

COSTA, L. B. Uma Leitura Sobre a Geografia Escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. **Dissertação (mestrado)** Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB), 2010.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. LAEMMERT & C. — Editores Rua do Ouvidor, 66, Rio de Janeiro. Casa filial em S. Paulo — 1904.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. **Projeto Tabuleiros de Russas triplica área de produção neste ano**. Disponível: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/noticia-site-antigo-2497>. Acesso em: 16 de Julho de 2023.

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza,(organizadores). **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, p. 81-100, 2016.

FREYRE, Fernando de Melo. O Movimento Regionalista e Tradicionalista e a seu modo Também Modernista - Algumas Considerações. **CL & Tróp**, Recife, 5W: 775-188, jul/dez. 1977.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 1ed digital. São Paulo: global, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32° ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, [S. l.], v. 2, 2008. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v2i2.3040.

GODOY, José Henrique Artigas. Os Nordestes de Freyre e Furtado. **Política & Sociedade**, v. 12, n. 24, p. 61, 2013.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuaria/series-temporais>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

LEITE, J.C. **O Homem do Nordeste. Teoria e debate**, Edição 45, 2000. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/o-homem-do-nordeste/>. Acesso em: 15 de Agosto de 2020.

MACHADO, Mônica Sampaio. A trajetória espacial e intelectual de Ruy Moreira e sua contribuição à geografia brasileira. **Geo UERJ**, n. 35, 2019.

MARINO, L. F. Manuel Correia de Andrade: um geógrafo voltado para as causas sociais. **Dicionário dos Geógrafos Brasileiros**, vol.1, Editora & Letras, 2014, p.101-118.

MARTINS, Cícera Mônica da Silva Sousa. Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do cinturão das águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE. 2020. 208 f. **Dissertação** – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. Geografares, 2001.

MOURÃO, Thainá Ramos Queiroz; LEITÃO, Felipe Rodrigues; SANTOS, Camila Dutra. Apropriação Capitalista Da Agropecuária E Conflitos Socioespaciais No Ceará: Uma Análise A Partir do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR). **Terra Livre**, v. 2, n. 55, p. 309-342, 2020.

NASCIMENTO, Alvacy Lopes do. **A Evolução do Conhecimento Geográfico: da antiguidade à era da globalização**. Maceió: EDUFAL, 2003.

NETO, LEONARDO GUIMARÃES. Repercussões iniciais de A terra e o homem no nordeste. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 3, n. 1, p. 139-139, 2010.

PEREIRA, Anete Marília; CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. Entrevista: Prof. Manuel Correia de Andrade. **Revista Cerrados**, v. 1, n. 01, p. 9-16, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. **Conflitos no campo–Brasil**, p. 18-26, 2013.

- PRADO JÚNIOR, Castro. **História econômica do Brasil**. São Paulo: círculo do livro, 1980.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, Gerlane Gomes; GOMES, Rodrigo Dutra. Dialogando sobre a vida e a obra de Manuel Correia de Andrade: entrevista com Thais de Lourdes Correia de Andrade. **Geosul**, v. 37, n. 82, p. 324-341, 2022.
- ROCHA, T. A Geografia Moderna Brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, N.º -17 45, 1954.
- SANTOS, Jaqueline Guimarães; PEDROZO, Eugenio Avila; IORIS, Antonio. A reterritorialização e a luta pela água dos atingidos pela transposição do rio São Francisco no Nordeste brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 34, 2022.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Nivalter Aires dos. Elementos para crítica à tese de invenção do Nordeste. **Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 3, p. 0447-0459, 2019.
- SANTOS, Simoni Rodrigues. SOUZA, Lucas Barbosa. Injustiça e conflitos ambientais: a situação vivida pelas comunidades geraizeiras de Formosa do Rio Preto-BA. **REVISTA NERA**, v. 26, n. 65, 2023.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 21, p. 152-171, 2010.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: **Expressão Popular**, p.57-72, 2009.
- TELES, Maria Genária Amorim; SOUSA, Raimunda Áurea Dias. Agronegócio e a Uberização no Campo: A Realidade em Petrolina-PE – Brasil. **Revista GeoNordeste**, v. 34, n. 1, p. 149-164, 2023.
- VERDI, E. F. A Geografia ativa. Um legado crítico para a Geografia brasileira. Terra Brasilis (Nova Série). **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 13, 2020.
- WANDERLEY, Hevilla; ALIAGA, Luciana. Os intelectuais e a questão nordestina. **Agenda Política**, v. 9, n. 1, p. 42-66, 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Entrevistadores: Gerlane Gomes da Rocha e Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes
Entrevistada: Prof.Dra. Thaís de Lourdes Correia de Andrade
Plataforma: Google meet
Data: 15 de Julho de 2021
Pergunta 1: Como foi o posicionamento político e militante de Manuel Correia no Estado Novo e posteriormente durante a ditadura militar? Até que ponto isso influenciou a visão dele sobre o Nordeste?
Pergunta 2: Que intelectuais, políticos, professores, etc, estavam presentes no ciclo de afinidades (intelectuais, amizades, ativistas, políticos) de Manuel Correia de Andrade?
Pergunta 3: Inicialmente pode-se notar uma influência da abordagem regional Vidaliana em Manuel Correia de Andrade, como se deu a mudança desse cenário para uma metodologia mais crítica? Ou sempre houve interligação entre essas?
Pergunta 4: Qual é a importância da regionalização do Nordeste feita por Manuel Correia de Andrade no livro “A terra e o homem no Nordeste”?
Pergunta 5: Manuel Correia de Andrade estudou o Nordeste sob diversos enfoques, mas desses separamos três: a interferência política no espaço nordestino, o subdesenvolvimento regional e a reforma agrária. Como você vê cada um desses aspectos na obra de Andrade?
Pergunta 6: Qual era a influência teórica e docente de Manuel Correia de Andrade no Departamento de Geografia?
Pergunta 7: Qual é a importância da regionalização do Nordeste feita por Manuel Correia de Andrade no livro “A terra e o homem no Nordeste”?

**APÊNDICE B – QUANTIDADE DE ARTIGOS RELACIONADOS A REGIÃO
NORDESTE FILTRADOS NAS REVISTAS SELECIONADAS**

Qualis	Periódico	Nº de artigos
A1	Boletim Goiano de Geografia	5
	GEOUSP: Espaço e Tempo Geografia	0
	Sociedade & Natureza	4
	MERCATOR	9
	Caminhos de Geografia	10
	Revista Nera	1
A2	Geosul	14
	Terra livre	4
	Geonordeste	37
	Geografares	7
	Sociedade e Território	17
A3	Boletim Gaúcho de Geografia	2
	Revista Geonorte	2
A4	Revista Geografia em Atos	2
	Revista de Geografia - GeoUECE	8
Total =	122	